

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 203559/22

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Índice de Peças

- 1. Formulário de Encaminhamento
- 2. Extrato de Autuação
- 3. Formulário de Dados (Item I Formulário de dados de prestaçã)
- 4. Relatório de Gestão (Item II Relatório circunstanciado da g)
- 5. Relatório de Gestão (Item II Anexo I Plano de Aplicação -)
- 6. Relatório do Controle Interno (Item III Relatório do Controle Interno)
- 7. Parecer do Controle Interno (Item IV Parecer Controle Interno Exe)
- 8. Relatório da Controladoria Geral do Estado (Item V Relatório da Controladoria Gera)
- 9. Demonstrativo de Receitas (Item VI Demonstrativo da Receita Segun)
- 10. Demonstrativos de Despesas (Item VII Demonstrativo da Despesa Segu)
- 11. Comparativo da Receita (Item VIII Comparativo da Receita Orçad)
- 12. Comparativo de Despesas (Item IX Comparativo da Despesa Autoriz)
- 13. Comparativo de Despesas por espécie (Item X Comparativo da Despesa Autoriza)
- 14. Demonstrativo da Dívida Pública (Item XI Demonstração da Dívida Pública)
- 15. Relação de Restos a Pagar (Item XII Relação de Restos a Pagar)
- 16. Balancete Sem Encerramento (Item XIII Balancete do mês de dezembro)
- 17. Parecer do Conselho (Item XIV Parecer Conselho Diretor e af)
- 18. Declaração de Bens (Item XV Declaração expressa da unidade)
- 19. Balanço Orçamentário (DCASP) (Item XVI a Balanço Orçamentário)
- 20. Balanço Financeiro (DCASP) (Item XVI b Balanço Financeiro)
- 21. Balanço Patrimonial (DCASP) (Item XVI c Balanço Patrimonial)
- 22. Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (Item XVI d Demonstração das Variações)
- 23. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (Item XVI e Demonstração dos Fluxos de)
- 24. Notas explicativas às DCASP (Item XVI f Notas Explicativas às DCASP)
- 25. Outros Documentos (Relatório de Execução Física e Financeir)
- 26. Termo de Distribuição

1. Formulário de Encaminhamento		



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2021

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Gestor atual: JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO

Gestor das Contas: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA Gestor das Contas: JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (Item I Formulário de dados de prestaçã)
- Relatório de Gestão (Item II Relatório circunstanciado da g)
- Relatório de Gestão (Item II Anexo I Plano de Aplicação -)
- Relatório do Controle Interno (Item III Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (Item IV Parecer Controle Interno Exe)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (Item V Relatório da Controladoria Gera)
- Demonstrativo de Receitas (Item VI Demonstrativo da Receita Segun)
- Demonstrativos de Despesas (Item VII Demonstrativo da Despesa Segu)
- Comparativo da Receita (Item VIII Comparativo da Receita Orçad)
- Comparativo de Despesas (Item IX Comparativo da Despesa Autoriz)
- Comparativo de Despesas por espécie (Item X Comparativo da Despesa Autoriza)
- Demonstrativo da Dívida Pública (Item XI Demonstração da Dívida Pública)
- Relação de Restos a Pagar (Item XII Relação de Restos a Pagar)
- Balancete Sem Encerramento (Item XIII Balancete do mês de dezembro)
- Parecer do Conselho (Item XIV Parecer Conselho Diretor e af)
- Declaração de Bens (Item XV Declaração expressa da unidade)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (Item XVI a Balanço Orçamentário)
- Balanço Financeiro (DCASP) (Item XVI b Balanço Financeiro)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (Item XVI c Balanço Patrimonial)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (Item XVI d Demonstração das Variações)

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (Item XVI e - Demonstração dos Fluxos de)



- Notas explicativas às DCASP (Item XVI f Notas Explicativas às DCASP)
- Outros Documentos (Relatório de Execução Física e Financeir)

PETICIONÁRIO: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS, CNPJ 20.199.224/0001-81, através do(a) instaurador(a) de processos ROSANGELA DANIELE CAMPOS SILVA, CPF 976.631.239-72

Curitiba, 29 de março de 2022 13:22:04

2.	Extrato de Autuação



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 203559/22

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 203559/22

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2021

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Gestor atual: JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO

Gestor das Contas: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA Gestor das Contas: JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (Item I Formulário de dados de prestaçã)
- Relatório de Gestão (Item II Relatório circunstanciado da g)
- Relatório de Gestão (Item II Anexo I Plano de Aplicação -)
- Relatório do Controle Interno (Item III Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (Item IV Parecer Controle Interno Exe)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (Item V Relatório da Controladoria Gera)
- Demonstrativo de Receitas (Item VI Demonstrativo da Receita Segun)
- Demonstrativos de Despesas (Item VII Demonstrativo da Despesa Segu)
- Comparativo da Receita (Item VIII Comparativo da Receita Orçad)
- Comparativo de Despesas (Item IX Comparativo da Despesa Autoriz)
- Comparativo de Despesas por espécie (Item X Comparativo da Despesa Autoriza)
- Demonstrativo da Dívida Pública (Item XI Demonstração da Dívida Pública)
- Relação de Restos a Pagar (Item XII Relação de Restos a Pagar)
- Balancete Sem Encerramento (Item XIII Balancete do mês de dezembro)
- Parecer do Conselho (Item XIV Parecer Conselho Diretor e af)
- Declaração de Bens (Item XV Declaração expressa da unidade)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (Item XVI a Balanço Orçamentário)

- Balanço Financeiro (DCASP) (Item XVI b - Balanço Financeiro)



- Balanço Patrimonial (DCASP) (Item XVI c Balanço Patrimonial)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (Item XVI d Demonstração das Variações)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (Item XVI e Demonstração dos Fluxos de)
- Notas explicativas às DCASP (Item XVI f Notas Explicativas às DCASP)
- Outros Documentos (Relatório de Execução Física e Financeir)

PETICIONÁRIO: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS, CNPJ 20.199.224/0001-81, através do(a) Delegado p/ peticionamento MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO, CPF 027.287.129-05

Curitiba, 30 de março de 2022 17:24:51

3.	 Formulário de Dados (Item I - Formulário de dados de prestaçã) 		



DEPARTAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

1.	ASSUNTO
	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2021

2. Nome: Fundo de Segurança dos Magistrados - FUNSEG CNPJ: 20.199.224/0001-81

GESTOR DAS CONTAS

Período: 01 / 01 / 2021 a 31 /01 /2021

Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2019

Cargo: Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Segurança dos Magistrados

- FUNSEG

Nome: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira

CPF: 478.856.299-53

GESTOR DAS CONTAS

Período: 01 / 02 / 2021 a 31 /12 /2021

Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de

3 01/02/2021

Cargo: Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Reequipamento do Poder

Judiciário - FUNREJUS

Nome: Desembargador José Laurindo de Souza Netto

CPF: 500.111.629-53

GESTOR ATUAL

Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2021

4. Cargo: Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Nome: Desembargador José Laurindo de Souza Netto

CPF: 500.111.629-53



DEPARTAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

CONTROLADOR INTERNO

Ato de Nomeação: Decreto Judiciário nº 18/2021

5. Cargo: Consultor Jurídico

Nome: Maurício Cardoso Segundo

CPF: 201.718.048-30

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 168/2021 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.

Curitiba, 25 de março de 2022.

Des. José Laurindo de Souza Netto Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

4.	4. Relatório de Gestão (Item II - Relatório circunstanciado da g)	



Departamento Econômico Financeiro

Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados

FUNSEG

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

1. INTRODUÇÃO

- O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados foi criado pela Lei nº. 17.838, de 19 de dezembro de 2013, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, com recursos necessários para fazer frente às seguintes despesas:
- I Estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados;
- II Construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;
 - III Manutenção dos serviços de segurança;
- IV Formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;
- V Aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal;
- VI Participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e
- VII atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.
- O Decreto Judiciário nº 205, de 31 de janeiro de 2014, aprovou o Regulamento do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, visando prover os recursos orçamentários e financeiros necessários para a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

A execução contábil e orçamentária foi realizada de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da administração pública, da Lei Complementar nº 101/2000, com os



Departamento Econômico Financeiro

Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional, aliada às demais normas que estabelecem diretrizes de execução orçamentária e financeira do Estado do Paraná.

A seguir, está apresentada a análise do Balanço Geral do exercício financeiro de 2021.

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA

2.1 RECEITA

A Lei Orçamentária nº. 20.446, de 18 de dezembro de 2020, estimou a receita do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados em **R\$ 1.886.000,00** (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil reais).

Durante a execução orçamentária do exercício de 2021, arrecadou-se a importância de **R\$ 2.656.119,65** (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, cento e dezenove reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

RECEITA	TOTAL R\$	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO
Rendimentos e aplicações		
financeiras	552.862,74	20,81%
Arrecadação de 0,2% da receita		
bruta dos Cartórios do Foro		
Extrajudicial	2.103.256,91	79,19%
TOTAL	2.656.119,65	100,00%

Com relação à sua receita orçamentária, considerando a estimativa inicial, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados apresentou superávit de arrecadação no valor de **R\$ 770.119,65** (setecentos e setenta mil, cento e dezenove reais e sessenta e cinco centavos).

Este superávit está relacionado com ocorrências que favoreceram o incremento na arrecadação, sendo as principais: (i) aumento da Taxa SELIC, (ii) início da vacinação e retomada das atividades econômicas e (iii) aumento da confiança no cenário econômico.

Referidos eventos, somados a eficiente gestão da arrecadação, culminaram na realização da receita na ordem de aproximadamente 140,83% do valor orçado.



Departamento Econômico Financeiro

O acompanhamento e gerenciamento das rotinas da receita são realizados pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização dos Fundos Especiais, que integra a estrutura do Departamento Econômico e Financeiro deste Tribunal.

No grupo extra orçamentário não houve operação financeira.

2.2 DESPESA

O orçamento inicial da despesa fixada para o exercício de 2021 importou em **R\$ 1.886.000,00** (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil reais), através das atividades/ações: 6.228 - Gestão e Manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados de 1º Grau de Jurisdição (R\$ 498.000,00) e 6.229 - Gestão e Manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados de 2º Grau de Jurisdição (R\$ 1.388.000,00).

No decorrer do exercício de 2021 não foram feitas alterações no orçamento, conforme demonstrado no **Anexo I - Plano de Aplicação**, deste relatório.

R\$

ORÇAMENTO FINAL	1.886.000,00
Crédito Superávit Financeiro (+)	0,00
Orçamento Inicial	1.886.000,00

Considerando o orçamento final já demonstrado, o quadro da despesa ficou com a seguinte composição:

K⊅
1.886.000,00
924.000,00
962.000,00

Da importância de R\$ 924.000,00 (novecentos e vinte quatro reais), correspondentes ao total da despesa empenhada no exercício de 2021, foram efetuados pagamentos no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Consequentemente, o valor inscrito em restos a pagar, do exercício financeiro de 2021, importou em R\$ 916.300,00 (novecentos e dezesseis mil e trezentos reais).



Departamento Econômico Financeiro

As despesas **empenhadas** nas respectivas rubricas orçamentárias ficaram assim distribuídas:

DESPESAS CORRENTES	R\$
3.3.90.39.00 - Out.serv.terc.pessoa jurídica	924.000,00
TOTAL (correntes)	924.000,00

As despesas **pagas** nas respectivas rubricas orçamentárias ficaram assim distribuídas:

DESPESAS CORRENTES	R\$
3.3.90.39.00 - Out.serv.terc.pessoa jurídica	7.700,00
TOTAL (correntes)	7.700,00

O valor de **restos a pagar**, que representa a diferença entre os valores empenhados em relação aos valores pagos, fica assim demonstrado:

Valores empenhados (Correntes + Capital)	R\$ 924.000,00
Valores pagos (Correntes + Capital)	R\$ 7.700,00
RESTOS A PAGAR	R\$ 916.300,00

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3.1 ATIVO CIRCULANTE

Este grupo de contas representa o patrimônio financeiro do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados. A conta corrente é movimentada junto a Caixa Econômica Federal e seu saldo ao final do exercício de 2021 é de **R\$** 14.034.166,07 (quatorze milhões, trinta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sete centavos).



Departamento Econômico Financeiro

3.2 ATIVO NÃO CIRCUI ANTE

Neste grupo foram movimentadas as apropriações de bens móveis, os quais foram transferidos ao patrimônio da Unidade Contábil 0501-Tribunal de Justiça, em observância ao artigo 6º da Lei nº 17.838/2013.

3.3 PASSIVO CIRCULANTE

3.3.1 Restos a Pagar

Não houve inscrição de restos a pagar referente a exercícios anteriores, somente no exercício de 2021, os quais ficaram assim representados:

	R\$_
Restos a pagar do exercício de 2021	916.300,00
TOTAL	916.300,00

Houve cancelamento de restos a pagar referente aos exercícios de 2019 e 2020 no valor de R\$ 1.942.821,00 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte um reais)

3.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado patrimonial do exercício demonstrado no balanço patrimonial (Demonstrativo das Variações Patrimoniais) apresentou um superávit de **R\$ 2.161.355,90** (dois milhões, cento e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), significando que as variações patrimoniais aumentativas (VPA) foram superiores às variações patrimoniais diminutivas (VPD), em outras palavras, as receitas foram superiores às despesas.

Este valor compõe o Saldo Patrimonial do exercício de 2021 do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, conforme a seguir demonstrado:

Resultado de Exercícios Anteriores	11.872.810,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Resultado do Exercício	2.161.355,90
Patrimônio Líquido	14.034.166,07

Fonte: Balancete de Verificação Analítico Novo SIAF, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.



Departamento Econômico Financeiro

4. METAS FÍSICAS

As metas previstas e executadas no exercício de 2021 do FUNSEG serão demonstradas a seguir:

a) Implantar Sistema de Segurança dos Magistrados de 1º Grau de Jurisdição Implantado

Meta física prevista para 2021	Realizado em 2021	Percentual executado
01 unidade	00 unidades	0,00%

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - 2021 do DPLAN.

b) Implantar Sistema de Segurança dos Magistrados de 2º Grau de Jurisdição Implantado

Meta física prevista para 2021	Realizado em 2021	Percentual executado	
01 unidade	01 unidade	100,00%	

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento -2021 do DPLAN.

A justificativa para a meta não realizada se dá, ainda, às normas restritivas impostas pela pandemia de COVID-19, bem como as restrições de circulação de funcionários e público nos dos Prédios do Poder Judiciário em todo o Estado do Paraná.

5. SUPERAVIT FINANCEIRO

O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados encerrou o exercício de 2021 com o superávit financeiro de **R\$ 13.117.866,07** (treze milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sete centavos), conforme quadro abaixo:

Ativo Financeiro	14.034.166,07
(-) Passivo Financeiro	0,00
(-) Restos a Pagar	916.300,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO TOTAL	13.117.866,07



Departamento Econômico Financeiro

Estas são considerações a serem destacadas quanto à execução orçamentária, extraorçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, no exercício financeiro de 2021.

Curitiba, 31 de dezembro de 2021.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO Presidente do Tribunal de Justiça

5.	Relatório de Gestão (Item II - Anexo I - Plano de Aplicação -)

ANEXO I PLANO DE CONTAS 2021 - FUNSEG

	DESPESA CORRENTE					
		LOA INICIAL	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL
339030	Material de Consumo	150.000,00		-	-	150.000,00
	Material de Proteção e Segurança	150.000,00	250	-	-	150.000,00
339039	Outros Serviços de Terceiros	1.336.000,00		-	-	1.336.000,00
	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis	1.246.000,00	250	-	-	1.246.000,00
	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	60.000,00	250	-	-	60.000,00
	Serviços de seleção e treinamento	30.000,00	250			
	Total	1.486.000,00		0,00	0,00	1.486.000,00
	DES	SPESA CAPITAL				
449052	Equipamento e Material Permanente	400.000,00			-	400.000,00
	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	400.000,00	250	-	-	400.000,00
	Total	400.000,00		0,00	0,00	400.000,00
	TOTAL	1.886.000,00		0,00	0,00	1.886.000,00

6.	Relatório do Controle Interno (Item III - Relatório do Controle Interno)



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ASSUNTO: Prestação de Contas – Exercício 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal de Justiça,

O presente relatório tem por escopo levar ao conhecimento de Vossa Excelência e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna (DAUDI)¹ durante o <u>exercício de 2021</u>, atendendo ao disposto no art. 10, inciso III, da Instrução Normativa TCE/PR nº 168, de 6 de dezembro de 2021².

Art. 3.º O Núcleo de Controle Interno (NCI), considerado como unidade de auditoria interna, em conformidade com as Resoluções nºs 308 e 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, passa a ter a denominação de Departamento de Auditoria Interna (DAUDI).

¹ Resolução TJPR nº 274/2020

² **Art. 10.** A Prestação de Contas Anual dos Fundos Especiais e Serviços Sociais Autônomos que registram sua contabilidade na forma da Lei nº 4.320/64, das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça conterá os seguintes documentos: (...)

III - Relatório do Controle Interno, elaborado e assinado pelo(s) agente(s) de controle interno designado(s) pela entidade, contendo, dentre outras informações:

a) os resultados das ações decorrentes da avaliação dos controles existentes, atendendo às orientações técnicas da Coordenação de Controle Interno, bem como ao seu Plano de Ação;

b) as recomendações encaminhadas ao gestor da entidade, se houver, com ciência do gestor e medidas implementadas;



O Departamento de Auditoria Interna executou seus trabalhos em 2021 a partir do **Plano Anual de Auditoria – PAA (versão atualizada)**³, que contemplou propostas relativas às atividades realizadas durante este exercício.

O Plano Anual de Auditoria – PAA funcionou como instrumento na distribuição da força de trabalho, na obtenção de uma visão holística das ações de auxílio ao Poder Judiciário quanto à realização dos seus objetivos para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, e na comunicação às unidades auditadas e avaliadas durante o exercício.

A versão original do PAA 2021 foi examinada e aprovada em 2020⁴, enquanto a sua atualização/revisão foi apreciada e aprovada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em 2021⁵.

Com suporte na Resolução nº 309/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e Resolução TJPR nº 274/2020, o PAA 2021 estabeleceu como premissas à sua elaboração o auxílio no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a Cadeia de Valor institucional, a análise dos fatores do ambiente interno e externo e dos riscos-chave da instituição e o quantitativo de servidores existente na unidade. Sua elaboração levou em consideração também o **Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP)**⁶, vigente para o período 2018-2021.

As transformações ocorridas em 2021, decorrentes do Decreto Judiciário TJPR nº 113/2021, que redefiniu a estrutura orgânica e as atribuições do DAUDI, e a sua nova composição de pessoal, provocaram a revisão das atividades inicialmente programadas no PAA/2021⁷.

Nesse contexto, partindo-se de um número de atividades que poderiam ser executadas dentro da realidade da atual equipe, que contava com substancial número de novos auditores internos e déficit de 1 (um) membro em relação ao exercício de 2020, buscou-se demonstrar quais delas seriam mantidas na versão atualizada do

³ Arts. 22 e seguintes da Resolução TJPR nº 274/2020 e SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642).

⁴ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 5842990)

⁵ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221667)

⁶ SEI nº 0082398-35.2017.8.16.6000 (doc. 2524923)

⁷ Art. 34, §4°, da Resolução CNJ nº 309/2020, e art. 25 da Resolução TJPR nº 274/2020.



PAA/2021, considerando a imprescindibilidade, e outras que, a despeito da sua importância, poderiam ser postergadas para momento diverso.

Somam-se a esse cenário os efeitos provocados pela pandemia do SARS-CoV-2, com a manutenção de medidas restritivas e de isolamento social, execução do trabalho na modalidade remota (*home office*), e, por conseguinte, a exclusão de atividades que exigiam vistoria *in loco* durante o referido exercício.

Ademais, foi instituído o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance do Tribunal de Justiça do Paraná (NGRC), pelo Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021, com a função de prestar apoio e assessoramento ao Presidente e à Secretária do Tribunal de justiça nos temas relacionados à governança, gestão de riscos, *compliance* e controles internos, com atuação na Primeira e Segunda Linhas (Modelo das Três Linhas do *Institute of Internal Auditors*) no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná⁸.

Destarte, apresenta-se o Relatório de Controle Interno elaborado por esta unidade de auditoria, a fim de integrar a prestação de contas anual do Poder Judiciário do Estado Paraná para o exercício 2021, endereçada ao TCE/PR, **que inclui o Tribunal de Justiça e seus Fundos Especiais**.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná

As Constituições Federal e Estadual definem que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelos parlamentos respectivos, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder⁹.

A estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná (SCI) foi constituída originariamente por Órgão Gestor, representado pelo

⁸ Art. 1°, §1°, do Decreto Judiciário TJPR n° 91/2021, e Art. 19 da Resolução TJPR n° 289/2021.

⁹ Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e 74 da Constituição do Estado do Paraná.



então Núcleo de Controle Interno (NCI), Unidades Gestoras dos Processos de Trabalho e Unidades Executoras¹⁰.

O Núcleo de Controle Interno (NCI) foi estruturado pelo Decreto Judiciário nº 1.047/2009, vinculado à Presidência do TJPR, e tinha por objetivo coordenar, orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades do Sistema de Controle Interno¹¹.

Em março de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 308, que organiza as atividades de Auditoria Interna do Poder Judiciário, sob forma de sistema e cria a Comissão Permanente de Auditoria, e a Resolução nº 309, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud).

Em seus considerandos, a Resolução CNJ nº 309/2020 salienta que "as práticas internacionais de auditoria valorizam a observância das diferenças conceituais entre controle interno e auditoria interna, de forma a não atribuir atividades de cogestão à unidade de auditoria interna". E o art. 74 deste ato normativo impõe que as unidades de Controle Interno que realizam auditorias deverão adotar a denominação Auditoria Interna, seguindo os padrões estabelecidos no organograma de cada órgão.

A partir disso, promoveram-se estudos, avaliações e adequações das normas vigentes, adotando-se a perspectiva de **auditoria interna** em detrimento do vigente modelo de controle interno.

Nessa perspectiva, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná aprovou a Resolução nº 274, de 26 de outubro de 2020, e instituiu o Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado do Paraná, pelo qual o Núcleo de Controle Interno passou a denominar-se **Departamento de Auditoria Interna (DAUDI)**, reportando-se funcionalmente ao Órgão Especial, por meio da apresentação de Relatório Anual de Auditoria Interna (RAAI), e administrativamente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

O Estatuto também dispôs sobre o propósito do DAUDI, que consiste na prestação de serviços de avaliação e consultoria destinados a agregar valor para melhorar os processos de trabalho no âmbito do PJPR¹².

¹⁰ Resoluções TJPR nº 14/2009 e 83/2013

¹¹ Art. 15 da Resolução TJPR nº 83/2013

¹² Art. 4º do Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado do Paraná.



Frise-se que a Resolução nº 274/2020 veda expressamente o exercício de atividades típicas de gestão, não sendo permitida a participação do DAUDI no curso regular dos processos administrativos, nem a realização de práticas que figurem como atos de gestão.

Tamanha mudança ainda resultou nas novas diretrizes do Sistema de Controle Interno, pela Resolução TJPR nº 289/2021, do Órgão Especial, que abrangem atividades desempenhadas por todas as unidades administrativas, serventias judiciais e extrajudiciais, além de entidades que percebam ou arrecadem recursos em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O hodierno SCI passou a observar o modelo de gerenciamento de riscos fomentado internacionalmente, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão, conhecida como *Modelo de Três Linhas do IIA – Institute of Internal Auditors*¹³, editado em 2020.

O Modelo das Três Linhas do The IIA



Modelo das Três Linhas do IIA 2020

¹³ Modelo das Três Linhas do IIA 2020 – Uma atualização das Três Linhas de Defesa.



Importante ressaltar que o emprego dos termos "Primeira Linha, Segunda Linha e Terceira Linha" no contexto do Sistema de Controle Interno não pretendem denotar elementos estruturais, hierarquia ou operações sequenciais, mas tão somente promover uma diferenciação de funções no gerenciamento de riscos da Instituição¹⁴.

O Sistema de Controle Interno compõe-se de vários subsistemas que devem agir de forma harmoniosa, multidisciplinar, integrada e sob a égide de uma norma comum que lhe confira segurança jurídica¹⁵.

Os papéis da primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio. Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos, considerando inclusive o controle interno. Já a *terceira linha* é composta pela auditoria interna, que realiza avaliação e consultoria independentes e objetivas sobre a adequação e a eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.

Desse modo, com papel definido no Sistema de Controle Interno, o Departamento de Auditoria Interna busca agregar valor à instituição, com as indicações de pontos passíveis de melhoria nos processos de trabalho, de modo a auxiliar o Poder Judiciário do Estado do Paraná (PJPR) a alcançar seus objetivos.

1.2 Relação entre o Sistema de Controle Interno e os Fundos Especiais

Não é demais observar que o Sistema de Controle Interno do PJPR, dentre outros princípios e diretrizes, é orientado pela descentralização e segregação de funções¹⁶, cabendo às diversas unidades organizacionais (unidades administrativas, serventias judiciais, extrajudiciais e entidades que percebam ou arrecadem recursos em nome do Poder Judiciário) e aos agentes públicos o controle da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência dos seus atos, evitando-se, inclusive, a concentração de responsabilidades concomitantes no mesmo processo de trabalho.

Essas unidades agregam como principais atribuições a prevenção e a identificação de erros e ilegalidades, incumbindo-lhes o dever de desenvolver ações

¹⁴ Art. 4º, parágrafo único, da Resolução nº 289/2020-OE.

¹⁵ Castro, Rodrigo Pironti Aguirre de. Sistema de controle interno: uma perspectiva no modelo de Gestão Pública Gerencial. 3ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 132.

¹⁶ Art. 1º, I, da Resolução TJPR nº 289/2021.



com o propósito de assegurar a correta edição dos atos administrativos, acompanhando, avaliando e verificando a observância da legalidade e legitimidade.

O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná incide sobre as unidades e seus processos de trabalho, de modo a **compreender também os Fundos Especiais** instituídos por lei e vinculados à sua estrutura:

- a) Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS) Lei Estadual nº 12.216/1998;
- b) Fundo da Justiça (FUNJUS) Lei Estadual nº 15.942/2008; e
- c) Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG) Lei Estadual nº 17.838/2013.

Frise-se que recentemente houve a extinção do **Fundo Judiciário**, por meio da Lei Estadual nº 20.320/2020¹⁷.

Atualmente é no Departamento Econômico e Financeiro (DEF) que se desenvolvem tarefas e processos de trabalho relacionados à arrecadação, fiscalização, execução orçamentária, financeira e contábil de todos os Fundos Especiais do Poder Judiciário.

Depreende-se, portanto, que o desenvolvimento das atividades dos Fundos Especiais do Poder Judiciário do Estado do Paraná também se submete às políticas e procedimentos de controles existentes no Sistema de Controle Interno, cabendo aos integrantes das unidades que o compõe, quando da atuação em primeira e segunda linhas, comunicar quaisquer irregularidades identificadas.

1.3 Estrutura e composição do DAUDI

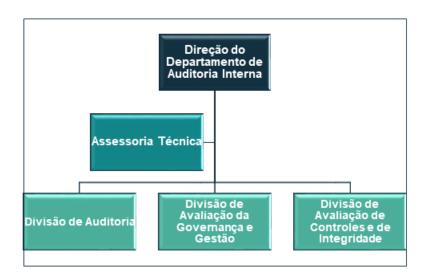
Durante a maior parte do ano de 2021 o DAUDI contou com <u>7 (sete) servidores</u>, com formação acadêmica e experiência profissional diversas, formando uma equipe multidisciplinar¹⁸ importante ao desenvolvimento das atividades programadas.

¹⁷ A Lei Estadual 20.320, de 11.09.2020, extinguiu o Fundo Judiciário criado pela Lei nº 15.337, de 22 de dezembro de 2006, e autorizou a transferência dos recursos desse fundo para o Poder Executivo.

¹⁸ Art. 11 e seguintes da Resolução nº 274/2020 do Órgão Especial.

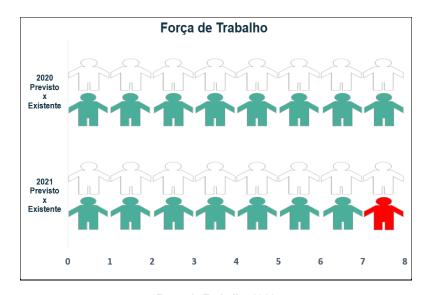


A estrutura do DAUDI, alinhada à Resolução TJPR nº 274/2020 e ao Decreto Judiciário TJPR nº 113/2021, pode ser representada pelo organograma a seguir:



Diante da relotação de 4 (quatro) servidores que integravam esta unidade no início de 2021, houve a designação de novo dirigente e 2 (dois) auditores internos – neste caso, por processo de seleção –, visando o preenchimento das vacâncias existentes.

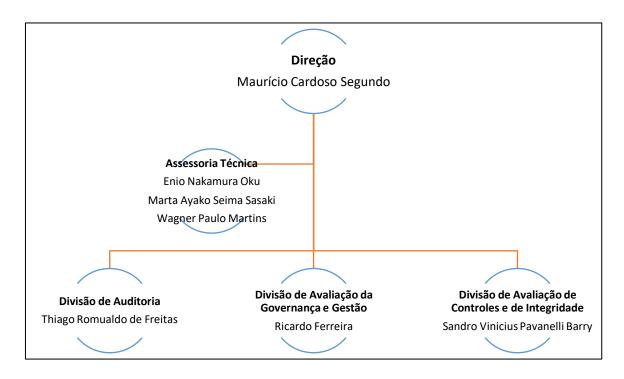
Ainda assim, o DAUDI permanece com a ausência de um Assessor Técnico, o que corresponde a aproximadamente <u>12,5% da sua força de trabalho</u>, situação que se mantém até o momento atual.



Força de Trabalho 2021



1.3.1 Composição do DAUDI em 31 de dezembro de 2021



1.3.2 Integrantes e formação acadêmica (2021)

a) Enio Nakamura Oku: cargo – Consultor Jurídico

Bacharel em Direito

Mestre em Direito Negocial (área de concentração: Direito Processual Civil)

Especialista em Direito Civil e Processo Civil

b) Marta Ayako Seima Sasaki: cargo – Contadora

Bacharel em Ciências Contábeis

Especialista em Gerência Contábil, Auditoria e Controladoria

MBA em Gestão Pública



MBA em Administração Pública e Governo

Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal

c) Maurício Cardoso Segundo: cargo – Consultor Jurídico

Bacharel em Ciências Militares

Bacharel em Direito

Especialista em Operações Militares

Especialista em Direito Animal

d) Ricardo Ferreira: cargo – Técnico Judiciário

Bacharel em Ciências Econômicas

MBA em Finanças e Controladoria

e) Sandro Vinicius Pavanelli Barry: cargo – Técnico Judiciário

Bacharel em Engenharia Elétrica

Especialista em Economia com ênfase em Engenharia de Negócios

f) Thiago Romualdo de Freitas: cargo – Consultor Jurídico

Bacharel em Direito

Especialista em Direito Processual: Grandes Transformações

Especialista em Licitações e Contratos Administrativos

g) Wagner Paulo Martins: cargo – Analista de Sistemas

Bacharel em Ciência da Computação



MBA em Gestão de Tecnologia da Informação

Além da formação acadêmica consignada, os auditores internos possuem em seus registros funcionais inúmeras capacitações em nível de *formação complementar*, detalhadas no <u>item 3</u> deste relatório, com a finalidade de atender às necessidades do DAUDI e das auditorias, avaliações e consultorias realizadas.

2. ATIVIDADES REALIZADAS PELO DAUDI EM 2021

2.1 Atividades Gerais

As atividades gerais são de <u>natureza contínua</u> e foram executadas em sua maior parte pelas unidades do DAUDI, nos limites das suas respectivas competências. Merecem destaque:

- **a)** divulgação e sensibilização quanto ao funcionamento do Sistema de Controle Interno, regulamentado pela Resolução TJPR nº 289/2021;
- **b)** divulgação e sensibilização de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- **c)** orientação e acompanhamento junto às unidades administrativas no sentido de encaminhar as informações solicitadas pelo TCE/PR por meio do Canal de Comunicação (CACO), bem como outras decorrentes de Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) via Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA)¹⁹;
- **d)** orientação junto às unidades administrativas quanto à adoção e/ou aperfeiçoamento de procedimentos em razão de diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do próprio Departamento de Auditoria Interna, quando determinados pelo Presidente deste Tribunal;
- **e)** remessa quadrimestral de dados pelo Sistema Estadual de Informações Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED), no <u>módulo Controle Interno</u>, previsto na Instrução Normativa TCE/PR nº 113/2015, e Instrução Normativa TJPR nº 7/2020;

¹⁹ Instrução Normativa TJPR nº 6/2020.



- **f)** Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, em cada quadrimestre, consoante as disposições do art. 54, inciso III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal²⁰.
- g) Relatório e Parecer de Controle Interno, endereçado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, como parte integrante da prestação de contas anual do Poder Judiciário do Estado do Paraná, incluindo o <u>Tribunal de Justiça e Fundos Especiais</u>;
 - h) elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA 2021) em versão atualizada;
- i) estudos e proposição que resultaram no *Indicador Estratégico 50 Efetividade das recomendações decorrentes da auditoria interna*, que integra o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná para o ciclo 2021/2026.
- **j)** realização de Processo de Seleção para o preenchimento de vagas no Departamento de Auditoria Interna;
- **k)** proposição que resultou na edição do Decreto Judiciário TJPR nº 113/2021, que redefine a estrutura orgânica e as atribuições do DAUDI;
- I) proposição que resultou na edição do Decreto Judiciário TJPR nº 110/2021, que institui o Código de Ética da unidade de auditoria;
- **m)** proposição que resultou na edição da Resolução TJPR nº 289/2021, que estabelece novas diretrizes do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná;
- **n)** reformulação da página do DAUDI no portal do Tribunal de Justiça do Paraná;

²⁰ Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.



- **o)** coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria TJPR nº 7383/2021 com a finalidade de realizar o levantamento de informações e evidências necessárias ao preenchimento de diagnóstico disponível no sistema *e-Prevenção*, em razão da adesão do Tribunal de Justiça do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);
- **p)** facilitação para a adesão do Tribunal de Justiça do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);
- **q)** facilitação para a celebração de Termo Aditivo para o ingresso do Tribunal de Justiça do Paraná na Rede de Controle da Gestão Pública Paraná;
- r) representação do Tribunal de Justiça do Paraná perante o Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud CNJ);
- **s)** apresentação do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAAI 2020) ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná reporte funcional realizado em julho/2021;
- t) aprimoramento da metodologia baseada em riscos para a elaboração dos planos de auditoria;
 - u) apresentação do Plano Anual de Auditoria PAA 2022;
 - v) apresentação do Plano Anual de Capacitação de Auditoria PAC-Aud 2022;
- **w)** facilitação junto ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria TJPR nº 9688/2021 para a elaboração de ato normativo com o fim de regulamentar a prática relacionada ao procedimento de aquisição e permuta de imóveis pelo Poder Judiciário;
- x) facilitação junto ao Grupo instituído pela Portaria TJPR nº 9687/2021 para estudos aprofundados sobre a aplicabilidade da Ata de Registro de Preços para Serviços Comuns de Engenharia, e, ainda, com o fim de elaborar ato normativo em atendimento ao item III-b.2 da decisão 6844175;
- **y)** facilitação junto ao Grupo instituído pela Portaria TJPR nº 10451/2021 para implantação do Programa de Governança Institucional (GT-Gov);



- **z)** facilitação junto à Comissão Temporária de Estudos visando a implementação de previdência complementar a servidores e magistrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná (Portaria TJPR nº 2070/2021);
- **aa)** facilitação junto à Comissão Temporária instituída pela Portaria TJPR nº 3553/2021 para elaboração de proposta do Código de Ética e Conduta para os servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

2.2 Atividades Específicas

Na sequência, apresentam-se as ações específicas desenvolvidas pelo DAUDI em 2021, dentre auditorias, avaliações e consultorias, com especial atenção às recomendações encaminhadas às unidades e respectivos gestores.

As atividades, que têm por objetivo o cumprimento das exigências contidas nos artigos 74 da Constituição da República e 78 da Constituição do Estado do Paraná, encontram-se sequenciadas na forma como programadas no Plano Anual de Auditoria – PAA 2021 – 1ª Atualização²¹.

Frise-se que a unidade de auditoria concluiu 9 (nove) atividades programadas no PAA 2021 (versão atualizada), restando apenas 1 (uma) em fase final de execução:

	Status	
122	Acompanhamento da Auditoria de Governança em TI	
2	Acompanhamento da Auditoria em Gestão Documental	
4	Consultoria na construção do Programa de Qualidade para o DAUDI	
8	Acompanhamento da Auditoria em Contratos de Vigilância	Concluída
15	Revisar os procedimentos relativos às atividades do DAUDI – Manual e Fluxo de Auditoria	
16	Avaliação da fase de planejamento das obras e serviços de engenharia	
17	Elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2022/2025)	

²¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

²² Número de cada atividade prevista no Plano Anual de Auditoria – PAA 2021 (versão atualizada).



18	Acompanhamento da Auditoria em Governança Orçamentária e	
10	Financeira, Planejamento e Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil	
19	Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças (em continuidade)	
5	Avaliação de Controles – LGPD	Transferida
3	Avaliação da Transparência Institucional	
6	Avaliação da gestão do cadastro de imóveis do Poder Judiciário	
9	Avaliação da metodologia e do inventário de riscos	
10	Consultoria em Governança Institucional – Programa de Governança e	Cancelada
	Integridade	
11	Avaliação das políticas, diretrizes e normas de governança institucional das	
	contratações	
7	Avaliação da Política de Acessibilidade – Ação Coordenada CNJ	Em execução

As auditorias e os monitoramentos (acompanhamentos) realizados pelo DAUDI levaram ao conhecimento dos gestores as situações encontradas, permitindo-lhes a visão sobre os processos de trabalho e os procedimentos executados, com objetivo de racionalizar e otimizar a utilização dos recursos disponíveis e as providências necessárias pelos responsáveis.

As auditorias, avaliações e consultorias foram executadas de acordo com as normas e os procedimentos vigentes, fundamentadas nos registros e documentos analisados, necessários à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Desse modo, segue o maior detalhamento das atividades para permitir a adequada análise pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

2.2.1 Atividades concluídas

Consideram-se *concluídas* as auditorias em sentido estrito, monitoramentos (acompanhamentos) e outras avaliações executadas e que resultaram na elaboração e assinatura de <u>Relatório Final</u>, submetido ao Diretor do DAUDI, à Presidência, à unidade auditada e, quando couber, ao Gabinete da Secretária²³.

²³ Arts. 25, 30, inciso VI, e 34, § 2°, da Instrução Normativa TJPR nº 56/2021.



Depreende-se que o DAUDI concluiu efetivamente 90% das atividades previstas no PAA 2021 – versão atualizada²⁴.

2.2.2 Atividades transferidas

Transferidas são as atividades planejadas e não executadas, porém com previsão de inclusão no *Plano Anual de Auditoria 2022* ou diretriz prevista no *Plano Anual de Longo Prazo 2022-2025*. Apenas 1 (uma) atividade encontra-se nesta condição, pelas seguintes razões:

Atividade 5 – Avaliação de Controles – LGPD

Essa atividade foi excluída do PAA 2021 "em razão da recente edição das Resoluções nº 273/2020, do Órgão Especial, e nº 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça" 25.

Ponderou-se, à época dos estudos para a modificação do PAA 2021, que a avaliação seria mais eficaz após a implementação pelo TJPR das mudanças necessárias referentes às novas disposições.

Ademais, como não havia a obrigatoriedade da realização da avaliação em 2021, houve a possibilidade de transferi-la para outro momento mais adequado.

Com isso, a atividade foi incluída dentre os temas e áreas auditáveis no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025²⁶ e no Plano Anual de Auditoria – PAA 2022, sob o título "Avaliação das políticas, diretrizes e normas relativas à privacidade dos dados das pessoas físicas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná", com previsão de execução nos meses de fevereiro a março de 2022²⁷.

²⁴ Para o cálculo, foram suprimidas as atividades canceladas e transferidas.

²⁵ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

²⁶ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)

²⁷ Plano Anual de Auditoria 2022 (PAA 2022) – SEI nº 0137164-96.2021.8.16.6000 (doc. 7084382)



Número:	5
Atividade:	Avaliação das políticas, diretrizes e normas relativas à privacidade dos dados das pessoas físicas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Descrição:	Avaliar o cumprimento das diretrizes da Lei 13.709/2018 (LGPD), Recomendação CNJ 73/2020 e Resolução TJPR 273/2020 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Escopo:	Determinações contidas na Lei 13.709/2020 (Lei Geral de Proteção de Dados) e atos infralegais expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça e Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Tipo de trabalho:	Auditoria de Conformidade/Compliance
Cadeia de Valor:	Governança
Macroprocesso:	Gerir Riscos e Conformidade
Processo:	Gerir Conformidade
Unidade(s) auditada(s):	Unidades administrativas e judiciárias
Macrodesafios (CNJ):	Aprendizado e Crescimento: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
Objetivo Estratégico (TJPR):	12 – Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Nível de risco:	Alto
Período de execução:	fev/22 a mar/22
Dimensionamento da equipe:	3 Auditor(es)

2.2.3 Atividades canceladas

Canceladas são as atividades não iniciadas em virtude de <u>fato novo</u>, que provocou a revisão/atualização do Plano Anual de Auditoria (PAA).

Das atividades originariamente previstas, 5 (cinco) delas foram excluídas pelas seguintes razões:

a) Atividade 3 – Avaliação da Transparência Institucional

A atividade foi excluída após a revisão do PAA 2021, em razão da criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC (Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021) e da aprovação do Programa de Governança Institucional do TJPR, o qual anuncia inúmeras práticas do mecanismo de controle relacionadas à Transparência e Prestação de Contas:



PRÁTICA DE GOVERNANÇA	MEDIDAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO DE Execução
Promover a Trans- parência e Presta- ção de Contas Iniciativa: Promover a Transparência Ati- va e Passiva	Estabelecer meios para assegurar a transparência ativa e passiva às partes interessadas; Propor alternativas para ampliar o acesso à Ouvidoria-Geral da Justiça às partes interessadas.	Ouvidoria-Geral da Justiça Comissão de Quali- dade do TJPR Grupo de Trabalho para a Reformu- lação do Portal da Transparência	Desenvolver ações até dezembro de 2021.
Promover a Transparência e Prestação de Contas Iniciativa: Refor- Promover a avaliação e reformulação de Portal da Transparência, de modo a promover uma transparência ativa às partes interessadas e com dados disponi-		Grupo de Trabalho de Reformulação do Portal da Transpa- rência	Desenvolver ações até dezembro de 2021.
Promover a Trans- parência e Presta- ção de Contas Iniciativa: Prestar contas às partes in- teressadas	Promover meios para prestar contas da atuação organizacio- nal, de forma acessível, dispo- nível e com informações de inte- resse geral.	Grupo de Trabalho a ser constituído oportunamente	Desenvolver ações até dezembro de 2022.
Promover a Trans- parência e Presta- ção de Contas Iniciativa: Estabele- cer Canal de Denún- cias	Estabelecer um canal para recebimento de manifestações das partes interessadas, com a garantia de sigilo do denunciante nos termos da lei; Estabelecer os procedimentos para recebimento, encaminhamento e tratamento das manifestações; Designar instâncias responsáveis por apurar e tratar os desvios éticos e infrações disciplinares cometidas por agentes da instituição e os desvios éticos cometidos por pessoas jurídicas contra a instituição. Padronizar os procedimentos para apuração e tratamento dos desvios éticos e promover a capacitação das comissões processantes.	Ouvidoria-Geral da Justiça	Até dezembro de 2021.



Nota-se que a maior parte dessas ações previstas no Programa de Governança foram programadas para execução <u>até dezembro de 2021</u>, e uma delas <u>até dezembro</u> de 2022.

Com isso, vislumbra-se que o DAUDI terá o cenário mais adequado à realização de avaliação após esse período.

De todo modo, sem ostentar a natureza de atividade obrigatória para o exercício 2021, a "Transparência Institucional" foi incluída dentre as áreas e temas auditáveis previstos no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025²⁸.

b) Atividade 6 – Avaliação da gestão do cadastro de imóveis do Poder Judiciário

A atividade 6 foi substituída no PAA 2021 (versão atualizada) pela atividade 16 (Avaliação da fase de planejamento das obras e serviços de engenharia), "considerando os estudos preliminares realizados pela atual equipe multidisciplinar e a relevância do tema no âmbito do Poder Judiciário do Paraná" ²⁹.

Como a sua execução não trazia caráter obrigatório para o exercício 2021, também foi incluída dentre as áreas e temas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³⁰.

c) Atividade 9 – Avaliação da metodologia do inventário de riscos

Essa avaliação foi excluída em revisão do PAA 2021, levando-se em conta a criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC (Decreto Judiciário nº 91/2021), que tem como competência "prover suporte técnico e metodológico ao Presidente e ao Secretário do Tribunal de Justiça para o estabelecimento de políticas

²⁸ Plano Anual de Longo Prazo (PALP 2022/2025) – SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)

²⁹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

³⁰ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)



e diretrizes internas de governança, gestão de riscos, compliance e controles internos"31.

Importante ressaltar o Manual de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Paraná foi aprovado recentemente pelo Decreto Judiciário TJPR nº 461/2021.

Desse modo, o tema "Inventário de Riscos" será submetido à avaliação noutro momento, motivo pelo qual foi incluído dentre as áreas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³².

d) Atividade 10 – Consultoria em Governança Institucional – Programa de Governança e Integridade

A exclusão dessa atividade quando da revisão do PAA 2021 levou em consideração a criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC (Decreto Judiciário nº 91/2021), que <u>detém competência sobre o tema</u>.

Observa-se, ademais, que o Programa de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Paraná foi elaborado ao longo de 2021 e aprovado pela Presidência em 5 de agosto do mesmo ano³³.

Desse modo, o tema "Programa de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Paraná" será submetido à avaliação noutro momento, motivo pelo qual foi incluído dentre as áreas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³⁴.

³¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642) e Art. 3º, III, do Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021

³² Plano Anual de Longo Prazo (PALP 2022/2025) – SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)

³³ SEI nº 0022453-78.2021.8.16.6000 (docs. 6653007 e 6658292)

³⁴ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)



e) Atividade 11 – Avaliação das políticas, diretrizes e normas de governança institucional das contratações

O PAA 2021 aponta as razões para a exclusão dessa atividade, notadamente o "prazo para a entrada em vigência da Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça⁴, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário, e a data prevista para a sua realização"³⁵.

Como consequência, houve a sua reavaliação para que a execução ocorra somente após a implementação da aludida política, permitindo que a atuação do DAUDI seja mais efetiva.

Verifica-se, ainda, que no Programa de Governança Institucional do TJPR há previsão de práticas do mecanismo de liderança para promover a governança de contratações, as quais seriam concluídas até outubro de 2021.

Estabelecer o Modelo de Governança Iniciativa: Promover a Governança de Contratações	Estabelecer as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança de contratações; Estabelecer as diretrizes de gestão, de integridade e de riscos nas contratações; Regulamentar e dar publicidade ao Modelo de Governança de Contratações.	Grupo de Trabalho para Implantação da Governança de Contratações (GT- GovCon)	Estabelecer o Modelo de Governança de Contratações: até outubro de 2021, tendo em vista as disposições da Resolução CNJ nº 347/2020.
--	---	---	--

Desse modo, considerando outro o momento oportuno para essa avaliação, a temática foi incluída dentre as áreas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³⁶.

³⁵ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

³⁶ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)



2.2.4 Atividade em execução

Ocorre quando a execução da atividade ultrapassou o exercício para o qual foi inicialmente programada – no caso, exercício 2021.

A atividade 7 - Avaliação da Política de Acessibilidade – Ação Coordenada CNJ encontra-se na sua fase final. Nota-se que o Relatório Preliminar de Auditoria Interna nº 02/2021 foi elaborado e disponibilizado pela Equipe de Trabalho³⁷.

Destaque-se que, por determinação do próprio Conselho Nacional de Justiça, a avaliação limitou seu escopo à *Acessibilidade Digital*³⁸.

Registre-se, ainda, a realização de reunião de apresentação dos achados preliminares de auditoria, em 25, 26 e 27 de janeiro do corrente ano, restando apenas o Relatório Final, com previsão de finalização e encaminhamento à Presidência em breve.

2.2.5 Atividades previstas em planos de exercícios anteriores

Além das atividades extraídas do PAA 2021 e enumeradas na planilha do <u>item 2.2</u>, o DAUDI realizou 2 (dois) monitoramentos (em continuidade), previstos em Planos Anuais de Controle Interno (PACI) anteriores a 2021:

- a) Monitoramento de auditoria interna sobre o processo de controle de materiais de consumo SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000;
- b) Monitoramento da atividade de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000.

³⁷ SEI nº 0071329-64.2021.8.16.6000 (doc. 7155822)

³⁸ SEI nº 0071329-64.2021.8.16.6000 (doc. 6577657)



2.2.6 Requisição de Documentos e Informações nº 02/2021 - SEI nº 0144394-92.2021.8.16.6000

A Requisição de Documentos e Informações nº 02/2021, endereçada à Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Paraná (EJUD-PR), não constou no Plano Anual de Auditoria – PAA 2021, porquanto foi identificada a necessidade de informações acerca da seleção e contratação com retribuição financeira pelo exercício da atividade docente somente ao final do exercício.

A requisição foi encaminhada à EJUD-PR em <u>15.12.2021</u>³⁹, que prestou informações ao DAUDI em 28.01.2021⁴⁰.

No momento, as informações recebidas encontram-se em fase de análise pela equipe de auditores internos, e suas conclusões serão objeto de prestação de contas anual referente ao exercício 2022.

3. DOS PRINCIPAIS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS, AVALIAÇÕES E CONSULTORIAS REALIZADAS EM 2021

3.1 Atividade 1 – Acompanhamento da Auditoria de Governança em TI – SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000

O Acompanhamento da Auditoria nos conteúdos de Governança, Gestão, Riscos e Controle de Tecnologia da Informação e Comunicação tem por objetivo verificar se as recomendações constantes do Relatório Final de Auditoria n° 01/2018–NCI⁴¹, acolhidas por deliberação presidencial em 29.01.2020⁴², foram implementadas pelas unidades responsáveis, sobretudo o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC).

³⁹ SEI nº 0144394-92.2021.8.16.6000 (7142338 e 7145491)

⁴⁰ SEI nº 0144394-92.2021.8.16.6000 (7250081 e 7250129)

⁴¹ SEI nº 0009496-50.2018.8.16.6000 (doc. 4263262)

⁴² SEI nº 0009496-50.2018.8.16.6000 (doc. 4781864)



O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 02/2021 foi finalizado em 13.08.2021⁴³, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações ainda <u>não foram atendidas</u>.

Resumo das recomendações			
Atendida	13	28%	
Parcialmente Atendida ou em atendimento	1	2%	
Não Atendida	29	63%	
Prejudicada	3	7%	
TOTAL	46	100,00%	

Registre-se que houve decurso de <u>quase dois anos</u> entre as conclusões da auditoria e do monitoramento⁴⁴, mantendo-se as recomendações *não atendidas* em níveis elevados.

Ademais, é possível extrair do Relatório de Monitoramento as questões em que incidem maior número de recomendações e o seu *status* de atendimento.

⁴³ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 6718688)

⁴⁴ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 7050751)



	Número de recomendações			
Questão de auditoria	Atendida	Parcialmente atendida	Não atendida	Prejudicada
1 Políticas e diretrizes definidas para a governança e gestão de TIC	1		1	
2 Suporte dos planos estratégicos institucional e de TIC à governança e à gestão de TIC	4	1	3	1
3 Gerenciamento das necessidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas e à força de trabalho da área de TIC	2		5	
4 Gerenciamento dos processos de gestão de TIC			5	
5 Planejamento das contratações de TIC	6		13	2
Despacho presidencial			2	
TOTAIS	13	1	29	3

Depreende-se das conclusões desse Relatório que:

- a) restou demonstrado que foram poucos os avanços nos processos de Governança, Gestão, Riscos e Controle de TIC;
- b) os resultados refletem no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), que tem por finalidade mediar a maturidade em TIC dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ;
- c) o processo de Gestão de Tecnologia da Informação obteve o índice de 35,3% (estágio "iniciando") por ocasião do Diagnóstico do Nível de Governança Institucional de 2020 realizado pelo então Núcleo de Controle Interno atual DAUDI;



	4210. Realizar planejamento de tecnologia da informação	100,0%		
	4220. Gerir serviços de tecnologia da informação	62,5%		
	4230. Gerir nível de serviço de tecnologia da informação	0,0%		
	4240. Gerir riscos de tecnologia da informação	15,0%		
Gestão de TI	4250. Definir políticas de responsabilidades para a gestão da segurança da informação	52,5%	35,3%	Iniciando
	4260. Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação	37,5%		
	4270. Executar processo de software	0,0%		
	4280. Gerir projetos de tecnologia da informação	15,0%		

d) ambos os resultados (iGovTIC-JUD e Diagnóstico de Governança Institucional de 2020) reforçam a necessidade de adoção de mecanismos de governança e gestão que possibilitem maior eficiência e eficácia dos serviços de TIC, melhor uso dos recursos públicos e da prestação de serviços à sociedade.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná deliberou acerca das considerações feitas no referido Relatório e determinou o cumprimento das recomendações pelas unidades responsáveis e Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da apresentação de plano de ação, conclusão de projeto e estudos, além da elaboração de planejamento de capacitação específico e detalhado destinado à equipe técnica do DTIC⁴⁵.

Posteriormente, o Presidente determinou o retorno do expediente ao DTIC para apresentação de Plano de Ação, concedendo-lhe novo prazo de 60 (sessenta) dias⁴⁶.

⁴⁵ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 7050751)

⁴⁶ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (docs. 7176637 e 7232745)



3.2 Atividade 2 – Monitoramento da Auditoria de Gestão Documental – SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000

O Monitoramento da Auditoria de Gestão Documental tem por objetivo verificar se as recomendações constantes do Relatório Final de Auditoria n° 02/2020-NCI⁴⁷, acolhidas por deliberação presidencial em 20.04.2021⁴⁸, foram implementadas pelas unidades responsáveis.

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 06/2021 foi finalizado em 04.03.2022⁴⁹, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações não foram atendidas.

Resumo das recomendações			
Atendida	4	9,52%	
Parcialmente Atendida ou em atendimento	8	19,05%	
Não Atendida	30	71,43%	
TOTAL	42	100,00%	

Infere-se que houve decurso de <u>quase um ano</u> entre a conclusão da auditoria e a expedição do seu Relatório de Monitoramento⁵⁰, encontrando-se as recomendações *não atendidas* no percentual de **71,43%**.

Extrai-se das conclusões do monitoramento que o baixo atendimento das recomendações compromete o atingimento (i) dos objetivos do Programa de Gestão

⁴⁷ SEI nº 0090591-68.2019.8.16.6000 (doc. 5797358).

⁴⁸ SEI nº 0090591-68.2019.8.16.6000 (doc. 6277775).

⁴⁹ SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000 (doc. 7374780).

⁵⁰ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 7050751).



Documental do TJPR, instituído pela Resolução 106/2014, (ii) da Resolução CNJ nº 324/2020 e (iii) das normas constitucionais relacionadas ao Processo de Trabalho de Gestão Documental⁵¹.

De outra sorte, a Equipe de Trabalho ressaltou a modificação promovida no art. 1°, § 1°, da Resolução TJPR n° 106/2014, que "centralizou no Departamento de Gestão Documental (DGD) e na Comissão Permanente de Avaliação Documental as funções de capitanear a política de gestão documental e os procedimentos e operações técnicas para a correta gestão dos documentos, sem distinguir grau de jurisdição"⁵².

Ressaltou também que essa medida vai ao encontro do disposto no Decreto Judiciário n° 611/2019 (Cadeia de Valor do TJPR) e na Resolução CNJ n° 324/2020, e permite ao DGD aperfeiçoar o processo de Gestão de Documentos do Tribunal de Justiça e, por consequência, atingir as finalidades do Programa de Gestão Documental do TJPR.

Concluída a atividade, o Relatório será submetido em breve à Presidência desta Corte para análise e deliberação acerca do monitoramento das recomendações feito pelo DAUDI.

3.3 Atividade 4 – Consultoria na construção do Programa de Qualidade – SEI nº 0059507-78.2021.8.16.6000

A consultoria realizada pelo DAUDI foi finalizada, e resultou na aprovação da Instrução Normativa TJPR nº 69/2021, que "Dispõe sobre a instituição e manutenção do Programa de Qualidade e Melhoria de Auditoria do Tribunal de Justiça do Paraná (PQ-AUD TJPR)"⁵³.

O PQ-AUD TJPR possibilitará a melhoria da qualidade dos trabalhos individuais desenvolvidos pela unidade de auditoria, como também a avaliação em termos de aderência às normas, ao código de ética, aos padrões definidos, reduzindo o tempo de tramitação dos processos de auditoria, o retrabalho e ampliando a eficácia e a efetividade das propostas de encaminhamento.

⁵¹ SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000 (doc. 7374780)

⁵² SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000 (doc. 7374780)

⁵³ SEI nº 0059507-78.2021.8.16.6000 (doc. 6750349)



3.4 Atividade 8 – Acompanhamento da Auditoria em Contratos de Vigilância – SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000

O Acompanhamento da Auditoria em Contratos de Vigilância tem por objetivo avaliar o cumprimento das recomendações do Relatório Final de Auditoria nº 001/2020⁵⁴, acolhido por deliberação presidencial em 15.10.2020⁵⁵.

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 05/2021⁵⁶ foi finalizado em 23.09.2021, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações <u>foram atendidas ou encontram-se em desenvolvimento</u>.

Resumo das recomendações		
Atendida	3	50%
Parcialmente Atendida ou em atendimento	3	50%
Não Atendida	0	0%
TOTAL	6	100,00%

O DAUDI identificou avanços nos processos de trabalho e controles internos em conformidade com as disposições do Relatório Final de Auditoria Interna e respectiva deliberação presidencial⁵⁷.

De igual modo, não se deduziu "a ausência de ações tampouco adoção de providências incapazes de atender as recomendações"⁵⁸.

⁵⁴ SEI nº 0084252-93.2019.8.16.6000 (doc. 5283994)

⁵⁵ SEI nº 0084252-93.2019.8.16.6000 (doc. 5682096)

⁵⁶ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 6845957)

⁵⁷ SEI nº 0084252-93.2019.8.16.6000 (doc. 5283994 e 5682096)

⁵⁸ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 6845957)



O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu o referido Relatório de Monitoramento, em 07.10.2021⁵⁹, determinando providências às unidades administrativas, mormente ao Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados (DGST), Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) e Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), para o integral atendimento das recomendações.

Em derradeiro acompanhamento, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC)⁶⁰ ressaltou que "as determinações presidenciais foram cumpridas ou ações estão em andamento para o seu cumprimento", e procedeu a remessa do expediente ao DGST para a formalização do Mapa/Matriz de Riscos em todas as contratações da unidade, além de consignar eventuais dificuldades quanto às ações que ainda se encontram em andamento.

3.5 Atividade 15 – Revisão dos procedimentos relativos às atividades do DAUDI – Manual e Fluxo de Auditorias – SEI nº 0051184-84.2021.8.16.6000

O DAUDI efetuou a revisão dos procedimentos relacionados às suas atividades, definindo o fluxo dos processos de trabalho das auditorias, avaliações e consultorias, com proposta que provocou a edição da Instrução Normativa TJPR nº 56/2021, que "Disciplina os procedimentos relativos às atividades de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná".

3.6 Atividade 16 – Avaliação da fase de planejamento das obras e serviços de engenharia – SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000

A *atividade 16* tem por objetivo avaliar o planejamento para execução de obras e serviços de engenharia, e seu escopo abrangeu a "Obra no Edifício Pery Moreira".

Durante o planejamento da avaliação, o DAUDI identificou os seguintes riscos que justificaram a sua execução⁶¹:

• Falta de planejamento pode levar a aquisições inadequadas;

⁵⁹ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 6892129)

⁶⁰ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 7327991).

⁶¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642).



- Má utilização de recursos públicos;
- Risco à segurança e à saúde de servidores.

A requisição de documentos e informações que deu início à atividade foi encaminhada em março à unidade responsável. O Relatório Final de Avaliação nº 01/2021⁶² foi apresentado no dia 30.08.2021, e resultou em <u>14 achados</u>:

- a) Inexistência de normas para aquisição e permuta de imóveis;
- b) Inconformidades no planejamento da contratação;
- c) Inexistência de ato normativo que oriente sobre o adequado uso de ata de registro de preços (ARP) para contratação de obras e serviços de engenharia;
- d) Deficiência na fiscalização e na instrução do procedimento instaurado pelo SEI para registro dos atos referentes à obra;
- e) Ausência de formalização dos estudos e projetos sobre acessibilidade arquitetônica;
- f) Exercício de responsabilidade técnica não prevista para o cargo no Departamento de Engenharia e Arquitetura;
- g) Inexistência de ato normativo acerca de Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico nas obras de engenharia;
- h) Necessidade de implementação adequada de plano de segurança contra incêndio e pânico no edifício Pery Moreira;
- i) Riscos na ocupação do edifício Pery Moreira;
- j) Inexistência de formalização das razões da escolha da solução de ar-condicionado e avaliação dos riscos de curtos-circuitos decorrentes da instalação de 112 aparelhos de ar condicionado;
- k) Ausência de juntada do Cálculo do Tráfego nos Elevadores no expediente SEI;
- I) Ausência de estudos acerca da alocação da EJUD no edifício Pery Moreira;

⁶² SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000 (doc. 6669917)



- m) Problemas de manutenção/correção de infiltrações nas esquadrias de alumínio do edifício:
- n) Falhas de controle na execução contratual.

Em relação aos achados, o DAUDI fez <u>28 (vinte e oito) recomendações,</u> e concluiu que o TJPR "encontra-se exposto a riscos no planejamento das suas obras e serviços de engenharia", porquanto, em síntese⁶³:

- a) o processo de aquisição/permuta de imóveis não se encontra normatizado;
- b) as obras e serviços de engenharia carecem de processos mapeados;
- c) revelou-se prudente o início das obras e serviços somente após o levantamento de todas as intervenções necessárias, limitado a celebração de aditivos aos serviços efetivamente posteriores à contratação, garantindo a previsibilidade no desembolso e nas estimativas de fruição da obra;
- d) destacou-se a importância da correta instrução do processo de contratação e o efetivo acompanhamento da execução do objeto contratual;
- e) a necessidade de capacitação dos servidores do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

As recomendações foram acolhidas pelo Presidente do TJPR⁶⁴, que determinou providências às diversas unidades responsáveis, como a apresentação de plano de ação para o cumprimento das determinações, a criação de grupos de trabalho e estudos aprofundados para a elaboração de atos normativo referentes ao (i) procedimento de aquisição e permuta de imóveis e (ii) planejamento e/ou execução de obras e serviços de engenharia, além da realização estudos e apresentação de soluções para o problema de desvio de função apontado no citado Relatório.

As medidas adotadas até então pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA) encontram-se registradas nos despachos 6966768 e 7032048.

⁶³ SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000 (doc. 6669917).

⁶⁴ SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000 (doc. 6874175).



O Gabinete da Secretária certificou algumas ações que se encontram em curso, e fez referência aos procedimentos nº 0128080-71.2021.8.16.6000, 0128134-37.2021.8.16.6000 e 0120857-67.2021.8.16.6000, em trâmite nesta Corte.

Por fim, destaque-se que o DAUDI realizará o <u>monitoramento</u> dessa atividade, com o intuito de averiguar o cumprimento das recomendações acolhidas no Relatório Final de Avaliação nº 01/2021, conforme previsão no Plano Anual de Auditoria 2022:

Número:	1
Atividade:	Monitoramento - Avaliação da fase de planejamento de obras e serviços de engenharia
Descrição:	Avaliar o cumprimento das recomendações acolhidas do Relatório Final de Avaliação nº 01/2021.
Escopo:	Recomendações constantes no Relatório Final de Avaliação nº 01/2021.
Tipo de trabalho:	Acompanhamento/Monitoramento
Cadeia de Valor:	Suporte Administrativo
Macroprocesso:	Gerir Patrimônio, Logística e Serviços Gerais
Processo:	Gerir Infraestrutura Predial
Unidade(s) auditada(s):	DEA - Departamento de Engenharia e Arquitetura
Macrodesafios (CNJ):	Processos Internos: Aperfeiçoamento da Gestão administrativa e da governança judiciária
Objetivo Estratégico (TJPR):	09 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Período de execução:	ago/22 a out/22
Dimensionamento da equipe:	3 Auditor(es)

3.7 Atividade 17 – Elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2022/2025) – SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000

O Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) é o instrumento que contém a proposta relativa às auditorias a serem realizadas nos quatro anos da sua vigência, e a sua elaboração encontra respaldo nas Resoluções CNJ nº 309/2020, e TJPR nº 274/2020.

Seu objetivo maior é definir, orientar e planejar as ações de auditoria a serem desenvolvidas pelo DAUDI, e deverá conter, no mínimo, as <u>áreas ou temas auditáveis</u> em sentido amplo e os objetivos das avaliações que recaem sobre eles.



A elaboração do PALP 2022-2025 contou com o auxílio do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria TJPR nº 6893/2021, e sua aprovação pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná ocorreu em 1º de dezembro de 2021⁶⁵.

3.8 Atividade 18 – Acompanhamento da Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira – SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000

O Acompanhamento da Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira tem por objetivo avaliar o cumprimento das recomendações acolhidas no Relatório Final de Auditoria Interna n° 02/2019 – NCI⁶⁶, por deliberação presidencial datada de 17.04.2020⁶⁷.

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 01/2021⁶⁸ foi finalizado em 30.07.2021, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações foram <u>atendidas ou se encontram em desenvolvimento.</u>

Resumo das recomendações			
Atendida	3	37,5%	
Parcialmente Atendida ou em atendimento	3	37,5%	
Não Atendida	2	25%	
TOTAL	8	100,00%	

O DAUDI identificou avanços nos processos de trabalho em conformidade com as disposições do Relatório Final de Auditoria Interna e deliberações presidenciais

⁶⁵ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7085126)

⁶⁶ SEI nº 0038041-96.2019.8.16.6000 (doc. 4325326)

⁶⁷ SEI nº 0038041-96.2019.8.16.6000 (doc. 4677844)

⁶⁸ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 6636271)



supervenientes⁶⁹, porém destacou duas questões que merecem reavaliação por parte da gestão, "visando ao alinhamento entre a prática da unidade e o comando presidencial"⁷⁰:

- a) não se verifica a fixação de "data inicial o dia 10/07 e data final o dia 10/08 de cada ano" no cronograma anual de elaboração de orçamento, assim como não se constata justificativa para o desatendimento;
- b) as prioridades do Poder Judiciário para serem incluídas na proposta da LDO do exercício fiscal seguinte devem ser comunicadas por ofício "anualmente" ao "Governador do Estado, com cópia ao Secretário da Fazenda", "até o dia 21/03 de cada ano", conforme determinado nas decisões do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná⁷¹.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu as recomendações do Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 01/2021, em 23.08.2021⁷², e determinou providências aos Departamentos de Planejamento (DPLAN) e Econômico e Financeiro (DEF).

Em manifestação posterior, o DAUDI observou que algumas das respostas constantes das manifestações 6910491 e 6960837, do DEF e DPLAN, respectivamente, apenas "reiteram **explicações já examinadas** durante os trabalhos de auditoria e monitoramento", e destacou que as providências determinadas na Decisão presidencial nº 6734652 "devem ser efetivamente realizadas pelas unidades responsáveis" 73.

As unidades auditadas (DPLAN e DEF) tomaram ciência das considerações feitas pelo DAUDI, com o intuito da adoção de ações para dar o integral cumprimento das recomendações de auditoria⁷⁴, enquanto o NGRC incluiu o procedimento em acompanhamento especial⁷⁵.

⁶⁹ SEI nº 0038041-96.2019.8.16.6000 (docs. 4677844 e 5914757)

⁷⁰ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 6636271).

⁷¹ Item "d" do Despacho nº 4677844 - P-GP e item "c" da Decisão nº 5914757 - P-GP.

⁷² SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 6734652).

⁷³ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 7141447).

⁷⁴ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (docs. 7146246 e 7216154).

⁷⁵ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 7154563).



3.9 Atividade 19 – Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças (em continuidade) – SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000

A Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças tem por objetivo avaliar se o Balanço Patrimonial apresenta valores condizentes com o patrimônio do Poder Judiciário (bens, direitos e obrigações).

Seu escopo consiste em "avaliar se os valores correspondentes a Caixa e Equivalentes de Caixa estão apresentados, com razoável segurança, livres de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis do Poder Judiciário do Estado do Paraná"⁷⁶.

Durante a elaboração do PAA 2021, identificou-se como risco as inadequações no registro e apresentação da situação patrimonial do Poder Judiciário.

Duas questões principais foram propostas para direcionar os trabalhos pelos auditores internos:

- a) os valores de conta corrente bancária refletem a aplicação de políticas contábeis apropriadas?
- b) os valores de aplicações financeiras, e os reflexos de seus respectivos rendimentos, condizem com políticas contábeis apropriadas?

O volume financeiro envolvido corresponde a R\$ 2.499.734.747,96, referente ao valor da conta contábil <u>Tribunal de Justiça e Fundos Especiais⁷⁷</u>.

Esta auditoria foi iniciada em 2019, e o Relatório Final de Auditoria Interna nº 003/2020-DAUDI⁷⁸ resultou em <u>4 (quatro) achados</u>, <u>a saber</u>:

- a) inadequação na classificação contábil de "aplicações financeiras";
- b) ausência de contabilização de movimentações financeiras;

⁷⁶ Plano Anual de Auditoria 2021 – versão atualizada.

⁷⁷ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6657181)

⁷⁸ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6657181)



- c) inadequações na contabilização dos recursos destinados ao fundo rotativo;
- d) divergência entre o total movimentado em conta bancária e o total registrado na contabilidade.

Em relação aos achados, o DAUDI fez <u>8 (oito) recomendações</u>, acolhidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em 25.08.2021⁷⁹.

O DEF noticiou as ações adotadas para atender à determinação presidencial – manifestação 6966338 (SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000) –, porém, segundo a própria unidade, algumas ações carecem de respostas ao ofício encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) em 04.10.2021⁸⁰.

De todo modo, o NGRC reforçou "a necessidade do gestor indicar neste SEI eventuais ações ou desdobramentos que cooperem para ao integral cumprimento da determinação presidencial."81.

Não é demais ressaltar que o DAUDI realizará atividade de monitoramento dessa auditoria, conforme o quadro abaixo:

Número:	2
Atividade:	Monitoramento da Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças
Descrição:	Avaliar o cumprimento das recomendações acolhidas pelo Presidente do Tribunal no Relatório Final nº 03/2020.
Escopo:	Recomendações constantes do Relatório Final nº 03/2020.
Tipo de trabalho:	Acompanhamento/Monitoramento
Cadeia de Valor:	Suporte Administrativo
Macroprocesso:	Gerir Orçamento, Finanças e Contabilidade
Processo:	Realizar Gestão Contábil
Unidade(s) auditada(s):	DEF - Departamento Econômico e Financeiro
Macrodesafios (CNJ):	Aprendizado e Crescimento: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
Objetivo Estratégico (TJPR):	11 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
Período de execução:	jul/22 a ago/22
Dimensionamento da equipe:	2 Auditor(es)

⁷⁹ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6741840)

⁸⁰ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6880071)

⁸¹ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 7145042)



3.10 Atividade prevista nos planos de exercícios anteriores – Monitoramento de auditoria interna sobre o processo de controle de materiais de consumo – SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000

O Monitoramento de Auditoria Interna sobre o processo de controle de materiais de consumo constitui a continuidade da atividade realizada em 2019, que resultou no Relatório de Acompanhamento de Auditoria Interna nº 02/2019⁸².

Essa atividade foi finalizada em 20.08.2021, com a expedição do Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 03/202183 . Consta neste documento que a maioria das recomendações já haviam sido atendidas em monitoramentos anteriores. Contudo, em relação às recomendações ou deliberações presidenciais ainda pendentes, algumas ações encontram-se em desenvolvimento ou precisam ser concluídas, conforme se observa no sequinte quadro resumo:

Resumo das determinações presidenciais/recomendações remanescentes						
Atendida 1 11,1%						
Em atendimento	3	33,3%				
Não Atendida	5	55,5%				

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu o Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 03/2021, em 10.09.2021, e determinou providências aos Departamentos de Patrimônio, Engenharia e Arquitetura e de Tecnologia da Informação e Comunicação⁸⁴.

⁸² SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 4598938)

⁸³ SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 6728388)

⁸⁴ SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 6792358)



Atualmente, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance do Tribunal encontra-se realizando o acompanhamento da implementação das recomendações de auditoria determinadas na decisão presidencial 679235885.

3.11 Atividade prevista nos planos de exercícios anteriores – Monitoramento da atividade de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial – SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000

O Monitoramento de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial constitui atividade realizada em continuidade aos monitoramentos realizados em 26.04.2019, 14.04.2020 e 30.01.202186.

Essa atividade foi finalizada em 01.10.2021 com a expedição do Relatório de Monitoramento nº 04/2021⁸⁷, oportunidade em que Equipe de Trabalho concluiu que "grande parte das recomendações foram atendidas em atividades de monitoramento anteriores", porém indicou a situação em que se encontram as determinações/recomendações remanescentes:

Resumo das determinações presidenciais/recomendações remanescentes					
Atendida	2	33,3%			
Em atendimento	4	66,6%			
Não Atendida	0	0%			

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu o Relatório de Monitoramento nº 04/2021, em 08.11.2021, e determinou providências aos Departamentos de Engenharia e Arquitetura e de Gestão de Recursos Humanos⁸⁸.

⁸⁵ SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 7321291)

⁸⁶ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 3942216, 5045310 e 6014618)

⁸⁷ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 6878246)

⁸⁸ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 7000746)



Por fim, a Secretária do Tribunal de Justiça determinou a remessa do expediente ao "NGRC deste Tribunal para acompanhamento das ações e medidas a serem adotadas pelos Departamentos e, se necessário, posterior adoção de providências" 89.

4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

As atividades de auditoria e controle são orientadas por princípios e normas nacionais e internacionais, razão pela qual é indispensável a constante atualização de conteúdos e a apreensão de técnicas para o desenvolvimento das atribuições desta unidade.

As ações de capacitação têm por finalidade desenvolver competências para a realização das atividades previstas no Plano Anual de Auditoria (PAA) e Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), além de preparar o auditor interno nas melhores técnicas e boas práticas relacionadas às suas rotinas, aprendizado de novos conceitos e metodologias, atualização de conhecimento, especialização e aperfeiçoamento em temas específicos, buscando-se a excelência no exercício da prática profissional.

Não é por outra razão que as Resoluções CNJ nº 309/2020 e TJPR 274/2020 estabelecem regras específicas para a capacitação dos auditores, com previsão inclusive de <u>riscos de cancelamento da atividade se não for disponibilizada as qualificações necessárias e requeridas</u>.

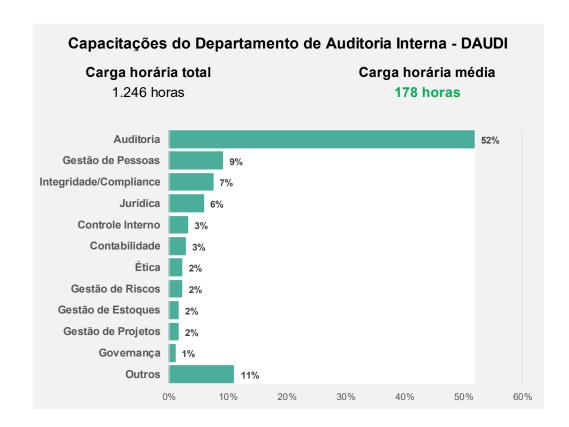
Nesse sentido, o Plano de Capacitação 2021 (PAC-AUD 2021) constituiu instrumento eficaz e orientador, e teve sua aprovação pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em 18.12.2020⁹⁰.

A par disso, e levando-se em conta os dados extraídos dos sistemas do Tribunal de Justiça do Paraná, identificam-se cursos que foram oferecidos pela Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR) ou executados por iniciativa dos próprios integrantes do DAUDI, por áreas de conhecimento delimitadas no gráfico a seguir:

⁸⁹ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 7004023)

⁹⁰ SEI nº 0129819-16.2020.8.16.6000 (doc. 5911352)





Essas capacitações totalizaram 1.246 horas de atividades de aperfeiçoamento (formação complementar) concluídas pelos integrantes do DAUDI ao longo de 2021, resultando na média de **178 horas por servidor**.

Além de suprir lacunas de conhecimento a partir de temas previstos no PAA 2021, contemplaram cursos de formação básica de auditores, a exemplo do "Curso de Formação de Auditores Internos – Nível Básico – AUDI 1 com ênfase em órgãos públicos", oferecido pelo Instituto de Auditores Internos – IIA Brasil.

Essas ações também vão ao encontro da necessidade de qualificação de 3 (três) novos servidores naquele exercício, atendendo-se ao disposto no art. 27, § 3.º e 4º, da Resolução TJPR nº 274/2020.

Por derradeiro, registre-se que esta unidade de auditoria ainda participou do *I Encontro do Judiciário Paranaense contra a Corrupção*, realizado em 08.12.2021, compondo inclusive o painel que abordou o tema "O fortalecimento do sistema de controle Interno como instrumento de prevenção à corrupção".



5. CONCLUSÃO

O presente Relatório de Controle Interno registra as ações desenvolvidas no decorrer do ano de 2021 pelo Departamento de Auditoria Interna, com vistas a dar atendimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAA/2021) e cumprir seu papel institucional no Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As atividades desenvolvidas objetivaram sempre o fortalecimento do ambiente de controle necessário a adequada resposta aos riscos da organização, ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho e ao atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Nesse desiderato, a atuação do DAUDI pautou-se prioritariamente no seu papel como integrante da **Terceira Linha do Sistema de Controle Interno**, com objetividade e independência, exercendo sua função precípua de realizar avaliações e consultorias para cumprir sua missão e propósito definidos pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Por fim, com as ações realizadas e a devida prestação de contas às partes interessadas, espera-se que a atuação do DAUDI contribua para o contínuo fortalecimento dos princípios da governança pública, garantindo, desta forma, a obtenção dos resultados demandados pela sociedade e a entrega do valor institucional pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Desse modo, considerando o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido pelo DAUDI sobre os atos de gestão no ano de 2021, a partir das auditorias, avaliações, monitoramentos e consultorias que recaem sobre o Tribunal de Justiça do Paraná, FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG, em atendimento às determinações legais e regulamentares, apresenta-se o presente relatório ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Curitiba (PR), 07 de março de 2022.

(Assinado digitalmente)

MAURÍCIO CARDOSO SEGUNDO

Diretor do Departamento de Auditoria Interna

7. Parecer do Controle Interno (Item IV - Parecer Controle Interno - Exe)



PARECER DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Departamento de Auditoria Interna (DAUDI) sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2021, do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Tribunal de Justiça e Fundos Especiais (FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG) a ele vinculados –, em conformidade com o Plano Anual de Auditoria Interna (PAA 2021 – atualização¹), e em atendimento às determinações legais e regulamentares (em especial, Resoluções CNJ nº 308 e 309/2020, Resoluções TJPR nº 274/2020 e 289/2021 e Parecer nº 02/2013 SCI/Presi/CNJ), e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Curitiba (PR), 07 de março de 2022.

(Assinado digitalmente)

MAURÍCIO CARDOSO SEGUNDO

Diretor do Departamento de Auditoria Interna

¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

8. Relatório da Controladoria Geral do Estado (Item V - Relatório da Controladoria Gera)



Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

O item V da Instrução Normativa nº 168 de 06 de dezembro de 2021 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não se aplica não se aplica a este Fundo.

Em 24 de março de 2022.

ROSÂNGELA DANIELE CAMPOS SILVA

Contadora CRC 45232/O-8 Departamento Econômico Financeiro

9.	Demonstrativo de Receitas (Item VI - Demonstrativo da Receita Segun)	





ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64

DEMONSTRATIVO DA RECEITA

UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

				CATEGORIA
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	ECONÔMICA
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA (I)	,00,	,00	2.656.119,65
1.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	,00,	,00	2.656.119,65
1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	,00,	2.656.119,65	,00,
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	2.656.119,65	,00	,00,
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros de Títulos de Renda	2.656.119,65	,00	,00,
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	2.656.119,65	,00	,00,
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.656.119,65	,00	,00,
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA (III) = (I - II)	,00,	,00	2.656.119,65

10.	10. Demonstrativos de Despesas (Item VII - Demonstrativo da Despesa Segu)					





ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64

NATUREZA DA DESPESA - POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG

MËS		icio	. 17	/2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE	MODALIDADE DE	CATEGORIA ECONÔMICA E
		DESPESA	APLICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA
05	TRIBUNAL DE JUSTICA	924.000,00	924.000,00	924.000,00
0563	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG	924.000,00	924.000,00	924.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES			924.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			924.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		924.000,00	
33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	924.000,00		
	TOTAL GERAL			924.000,00





ANEXO 10 DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG

CÓDIGO				DIFERENÇA	DIFERENÇA
	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	PARA MAIS	PARA MENOS
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA (I)	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65	,00,
1.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65	,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	305.000,00	2.656.119,65	2.351.119,65	,00,
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	305.000,00	2.656.119,65	2.351.119,65	,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros de Títulos de Renda	305.000,00	2.656.119,65	2.351.119,65	,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	305.000,00	2.656.119,65	2.351.119,65	,00
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	305.000,00	2.656.119,65	2.351.119,65	,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00	Receita de Serviços	1.581.000,00	,00	,00,	1.581.000,00
1.6.1.0.00.0.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.581.000,00	,00	,00,	1.581.000,00
1.6.1.0.01.1.1.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.581.000,00	,00	,00,	1.581.000,00
1.6.1.0.01.1.1.19.00	Outros Serviços	1.581.000,00	,00	,00,	1.581.000,00
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65	,00

12.	12. Comparativo de Despesas (Item IX - Comparativo da Despesa Autoriz)	





ANEXO 11 DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG

			AUTORIZADA			
		CRÉDITOS	CRÉDITOS			
		ORÇAMENTÁRIOS	ESPECIAIS			
CÓDIGO	TÍTULOS	E SUPLEMENTARES	E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
05	TRIBUNAL DE JUSTICA	1.886.000,00	,00,	1.886.000,00	924.000,00	962.000,00
0563	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG	1.886.000,00	,00,	1.886.000,00	924.000,00	962.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.486.000,00	,00,	1.486.000,00	924.000,00	562.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.486.000,00	,00,	1.486.000,00	924.000,00	562.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.486.000,00	,00,	1.486.000,00	924.000,00	562.000,00
33903000	Material de Consumo	150.000,00	,00,	150.000,00	,00	150.000,00
33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.336.000,00	,00,	1.336.000,00	924.000,00	412.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	400.000,00	,00,	400.000,00	,00	400.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	400.000,00	,00,	400.000,00	,00	400.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	400.000,00	,00,	400.000,00	,00	400.000,00
44905200	Equipamentos e Material Permanente	400.000,00	,00,	400.000,00	,00	400.000,00
	TOTAL	1.886.000,00	,00,	1.886.000,00	924.000,00	962.000,00

13.	Comparativo de Despesas por espécie (Item X - Comparativo da Despesa Autoriza)



TOTAL



ANEXO 11-A DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE - SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR ESPÉCIE UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

AUTORIZADA CRÉDITOS CRÉDITOS **ORCAMENTÁRIOS ESPECIAIS** CÓDIGO TÍTULOS E SUPLEMENTARES E EXTRAORDINÁRIOS REALIZADA DIFERENÇA TOTAL 05 TRIBUNAL DE JUSTICA ,00 1.886.000,00 1.886.000,00 924.000,00 962.000,00 0563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG 1.886.000,00 ,00 1.886.000,00 924.000,00 962.000,00 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS DE 6228 498.000,00 ,00 498.000,00 ,00 498.000,00 1º GRAU DE JURISDIÇÃO - FUNSEG **OUTRAS DESPESAS CORRENTES** 298.000,00 ,00 298.000,00 ,00 298.000,00 0000000250 **DIRETAMENTE ARRECADADOS** 298.000,00 ,00 298.000,00 ,00 298.000,00 **INVESTIMENTOS** 200.000,00 ,00 200.000,00 ,00 200.000,00 0000000250 DIRETAMENTE ARRECADADOS 200.000,00 ,00 200.000,00 ,00 200.000,00 6229 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS DE 1.388.000,00 ,00 1.388.000,00 924.000,00 464.000,00 2º GRAU DE JURISDIÇÃO - FUNSEG **OUTRAS DESPESAS CORRENTES** 924.000,00 264.000,00 3 1.188.000,00 ,00 1.188.000,00 0000000250 **DIRETAMENTE ARRECADADOS** 1.188.000,00 ,00 1.188.000,00 924.000,00 264.000,00 **INVESTIMENTOS** 200.000,00 ,00 200.000,00 ,00 200.000,00 0000000250 **DIRETAMENTE ARRECADADOS** 200.000,00 ,00 200.000,00 ,00 200.000,00

1.886.000,00

,00

1.886.000,00

924.000,00

962.000,00

14.	Demonstrativo da Dívida Pública (Item XI - Demonstração da Dívida Pública)





ANEXO 17 DA LEI № 4.320/64 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

	SALDO DO	MOVIMENTO NO E	SALDO PARA O	
TÍTULOS	EXERCÍCIO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	EXERCÍCIO SEGUINTE
RESTOS A PAGAR / SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	,00,	,00	,00,	,00,
RESTOS A PAGAR E SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	,00	989.527,50	989.527,50	,00,
SUBTOTAL (1)	,00,	989.527,50	989.527,50	,00,
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	,00,	,00	,00	,00,
CAUÇÕES	,00,	,00	,00	,00,
CONSIGNAÇÕES	,00,	,00	,00	,00,
GARANTIAS	,00,	,00	,00	,00,
ENTIDADES ESTADUAIS CREDORAS	,00,	,00	,00	,00,
OUTROS DEPÓSITOS	,00,	,00	,00	,00,
SOMA (1)	,00,	,00	,00	,00,
RECEITA DE TERCEIROS	,00,	,00	,00	,00,
PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL	,00,	,00	,00	,00,
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS	,00,	,00	,00	,00,
SOMA (2)	,00	,00	,00	,00,
SUBTOTAL (2)	,00	,00	,00	,00,
DÉBITOS DE TESOURARIA	,00	,00	,00	,00,
EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	,00	,00	,00	,00,
OBRIGAÇÕES INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	,00	,00	,00,
SOMA (3)	,00	,00	,00	,00,
OUTRAS OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	,00	,00	,00	,00,
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE	,00	989.527,50	989.527,50	,00,
Nota 1: Como informação adicional, apenas para fins de análise, foram inclusos Restos a Pagar Não Processados.				
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.099.926,67	1.329.958,08	2.429.884,75	,00,
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	,00,	916.300,00	,00	916.300,00

Nota 2: Segundo as Normas do PCASP, a Dívida Flutuante corresponde ao Passivo Financeiro Circulante (conta contábil 2.1.0.0.0.00.00.00, Atributo Financeiro "F") e Não Circulante (conta contábil 2.2.0.0.0.00.00.00, Atributo Financeiro "F"), bem como as Contábeis 6.2.2.1.3.05.00.00 (Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar Não Processados) e 6.3.1.1.0.00.00.00 (Restos a Pagar Não Processados) a Liquidar)

5. Relação de Restos a Pagar (Item XII - Relação de Restos a Pagar)										



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



DEMONSTRATIVO DE SALDO DE EMPENHO - POR EXERCÍCIO, CREDOR E EMPENHO

ÓRGÃO:	00563 - F	FUNDO ESTADUAL DE SEG. DOS MAGISTRAD	oos								PERÍODO: 12/21	
UNIDADE/	SUBUNIDA	ADE: 0563 - FUNDO ESTADUAL DE S	SEG. DOS MAGISTRADOS									
Ano do								Natureza	Projeto		Saldo	
Empenho	Credor	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	No Empenho	Tipo	Estorno	Despesa	Atividade	Fonte	Pagar	Em Liqu. + Liquidar
2021	120701	OBDI MOTORS DO BRASIL LTDA	05.515.258/0001-44	04/01/21	21000001	OU	NÃO	33903914	6229	000000250		916.300,00
										TOTAL CREDOR		916.300,00
									TOTAL UN	IIDADE / SUBUNIDADE		916.300,00
										TOTAL ÓRGÃO		916.300,00
									RESUMO	GERAL DO EXERCÍCIO	POR FONTE - ÓRGÃO:	00563
										000000250		916.300,00
										TOTAL		916.300,00

16.	Balancete Sem Encerramento (Item XIII - Balancete do mês de dezembro)	





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG
Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Salde	o do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	10000000000	1			ATIVO		11.872.810,17	3.185.337,15	1.023.981,25	14.034.166,07
	11000000000	2			ATIVO CIRCULANTE		11.872.810,17	2.656.129,65	494.773,75	14.034.166,07
	11100000000	3			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		11.872.810,17	2.656.129,65	494.773,75	14.034.166,07
	11110000000	4			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		11.872.810,17	2.656.129,65	494.773,75	14.034.166,07
	11111000000	5			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL -		11.872.810,17	2.656.129,65	494.773,75	14.034.166,07
					CONSOLIDAÇÃO					
F	11111190000	6			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		11.872.810,17	2.656.129,65	494.773,75	14.034.166,07
	12000000000	2			ATIVO NÃO CIRCULANTE		,00,	529.207,50	529.207,50	,00
	12300000000	3			IMOBILIZADO		,00,	529.207,50	529.207,50	,00
	12310000000	4			BENS MOVEIS		,00,	529.207,50	529.207,50	,00
	12311000000	5			BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO		,00,	529.207,50	529.207,50	,00
	12311010000	6			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		,00,	529.207,50	529.207,50	,00
Р	12311010500	7			EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO		,00,	529.207,50	529.207,50	,00
	20000000000	1			PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	С	11.872.810,17	3.007.449,14	3.007.449,14	11.872.810,17 C
	21000000000	2			PASSIVO CIRCULANTE		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
	21300000000	3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
	21310000000	4			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
					PRAZO					
	21311000000	5			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
					PRAZO - CONSOLIDAÇÃO					
	21311010000	6			FORNECEDORES NACIONAIS		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
X	21311010100	7			FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
F	21311010101	8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR		,00,	989.527,50	989.527,50	,00
	23000000000	2			PATRIMÔNIO LIQUIDO	С	11.872.810,17	2.017.921,64	2.017.921,64	11.872.810,17 C
	23700000000	3			RESULTADOS ACUMULADOS	С	11.872.810,17	2.017.921,64	2.017.921,64	11.872.810,17 C
	23710000000	4			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	С	11.872.810,17	2.017.921,64	2.017.921,64	11.872.810,17 C
	23711000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	С	12.219.461,28	1.714.120,53	1.714.120,53	12.219.461,28 C





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG
Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

Sup. N° da Conta

23712000000 5 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS 346.651,11 303.801,11 303.801,11 303.801,11 303.801,11 303.801,11 303.801,11 00 303.801,11 303.801,11 00 00 303.801,11 00	
23712000000 5 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS 346.651,11 303.801,11 303.801,11 303.801,11 346.651,11 303.801,11<	,00
23712010000 6 SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO 303.801,11 ,00 303.801,11 23712020000 6 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 42.850,00 303.801,11 ,00 346.00	61,28 C
23712020000 6 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 42.850,00 303.801,11 ,00 346.0	51,11
	,00
3000000000 1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA ,00 494.763,75 ,00 494.	51,11
	63,75
33000000000 2 USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO ,00 23.640,00 ,00 23.640,00	40,00
33200000000 3 SERVIÇOS ,00 23.640,00 ,00 23.6	40,00
33230000000 4 SERVIÇOS TERCEIROS - PJ ,00 23.640,00 ,00 23.64	40,00
33231000000 5 SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO ,00 23.640,00 ,00 23.640,00	40,00
33231100000 6 LOCAÇÕES ,00 23.100,00 ,00 23.	00,00
33231300000 6 SELEÇÃO E TREINAMENTO ,00 540,00 ,00 !	40,00
35000000000 2 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS ,00 471.123,75 ,00 471.	23,75
35100000000 3 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS ,00 471.123,75 ,00 471.	23,75
35120000000 4 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE ,00 471.123,75 ,00 471.	23,75
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
35122000000 5 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE ,00 471.123,75 ,00 471.	23,75
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	
35122020000 6 TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - ,00 471.123,75 ,00 471.	23,75
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
35122020300 7 TRANFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS ,00 471.123,75 ,00 471.	23,75
4000000000 1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA ,00 10,00 2.656.129,65 2.656.	19,65 C
41000000000 2 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA ,00 10,00 10,00	,00
41200000000 3 TAXAS ,00 10,00 10,00	,00
41220000000 4 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ,00 10,00 10,00	,00
41221000000 5 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO ,00 10,00 10,00	,00
41221990000 6 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ,00 10,00 10,00	,00





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG
Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo	do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	44000000000	2			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		,00	,00	2.656.119,65	2.656.119,65 C
	44500000000	3			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES		,00	,00	2.656.119,65	2.656.119,65 C
					FINANCEIRAS					
	44510000000	4			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		,00	,00	2.656.119,65	2.656.119,65 C
	44511000000	5			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		,00	,00	2.656.119,65	2.656.119,65 C
	44511990000	6			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DIVERSOS		,00	,00	2.656.119,65	2.656.119,65 C
	50000000000	1			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		2.429.884,75	5.101.958,08	1.329.958,08	6.201.884,75
	52000000000	2			ORÇAMENTO APROVADO		,00	3.772.000,00	,00	3.772.000,00
	52100000000	3			PREVISÃO DA RECEITA		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	52110000000	4			PREVISÃO INICIAL DA RECEITA		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	52111000000	5			PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	52200000000	3			FIXAÇÃO DA DESPESA		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	52210000000	4			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	52211000000	5			DOTAÇÃO INICIAL		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	52211010000	6			CREDITO INICIAL		,00	1.886.000,00	,00	1.886.000,00
	53000000000	2			INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.429.884,75	1.329.958,08	1.329.958,08	2.429.884,75
	53100000000	3			INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		2.429.884,75	1.329.958,08	1.329.958,08	2.429.884,75
	53110000000	4			RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS		,00	1.329.958,08	,00	1.329.958,08
	53120000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.099.926,67	,00	,00	1.099.926,67
	53170000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.329.958,08	,00	1.329.958,08	,00
	60000000000	1			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	С	2.429.884,75	11.109.209,98	14.881.209,98	6.201.884,75 C
	62000000000	2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		,00	6.375.239,65	10.147.239,65	3.772.000,00 C
	62100000000	3			EXECUÇÃO DA RECEITA		,00	2.656.139,65	4.542.139,65	1.886.000,00 C
	62110000000	4			RECEITA A REALIZAR		,00	2.656.129,65	1.886.010,00	770.119,65
	62120000000	4			RECEITA REALIZADA		,00	10,00	2.656.129,65	2.656.119,65 C
	62200000000	3			EXECUÇÃO DA DESPESA		,00	3.719.100,00	5.605.100,00	1.886.000,00 C
	62210000000	4			DISPONIBILIDADES DE CREDITO		,00	3.719.100,00	5.605.100,00	1.886.000,00 C





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG
Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo	do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	62211000000	5			CREDITO DISPONÍVEL		,00	924.000,00	1.886.000,00	962.000,00 C
	62212000000	5			CREDITO INDISPONÍVEL		,00	1.848.000,00	1.848.000,00	,00
	62212020000	6			CREDITO PRE-EMPENHADO		,00	1.848.000,00	1.848.000,00	,00
	62212020100	7			CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO A LIBERAR		,00	924.000,00	924.000,00	,00
	62212020200	7			CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LIBERADO		,00	924.000,00	924.000,00	,00
	62213000000	5			CREDITO UTILIZADO		,00	947.100,00	1.871.100,00	924.000,00 C
	62213010000	6			CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		,00	931.700,00	1.848.000,00	916.300,00 C
	62213010100	7			CRÉDITO EMPENHADO A LIBERAR		,00	924.000,00	924.000,00	,00
	62213010200	7			CRÉDITO EMPENHADO LIBERADO		,00	7.700,00	924.000,00	916.300,00 C
	62213020000	6			CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO		,00	7.700,00	7.700,00	,00
	62213030000	6			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		,00	7.700,00	7.700,00	,00
	62213040000	6			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		,00	,00	7.700,00	7.700,00 C
	63000000000	2			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	С	2.429.884,75	4.733.970,33	4.733.970,33	2.429.884,75 C
	63100000000	3			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	С	2.429.884,75	4.733.970,33	4.733.970,33	2.429.884,75 C
	63110000000	4			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	С	1.099.926,67	2.429.884,75	1.329.958,08	,00
	63120000000	4			RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO		,00	487.063,75	487.063,75	,00
	63130000000	4			RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		,00	487.063,75	487.063,75	,00
	63140000000	4			RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		,00	,00	487.063,75	487.063,75 C
	63170000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	С	1.329.958,08	1.329.958,08	,00	,00
	63171000000	5			RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO	С	1.329.958,08	1.329.958,08	,00	,00
					EXERCÍCIO					
	63190000000	4			RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS		,00	,00	1.942.821,00	1.942.821,00 C
	63199000000	5			OUTROS CANCELAMENTOS DE RP		,00	,00	1.942.821,00	1.942.821,00 C
	70000000000	1			CONTROLES DEVEDORES		14.030.044,50	3.580.129,65	2.157.244,33	15.452.929,82
	71000000000	2			ATOS POTENCIAIS		2.157.234,33	924.000,00	2.157.234,33	924.000,00
	71200000000	3			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		2.157.234,33	924.000,00	2.157.234,33	924.000,00
	71230000000	4			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		2.157.234,33	924.000,00	2.157.234,33	924.000,00





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG
Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Sald	o do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
_	71231000000	5			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO		2.157.234,33	924.000,00	2.157.234,33	924.000,00
	71231990000	6			OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		2.157.234,33	924.000,00	2.157.234,33	924.000,00
	72000000000	2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		11.872.810,17	2.656.129,65	10,00	14.528.929,82
	72100000000	3			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO		11.872.810,17	2.656.129,65	10,00	14.528.929,82
	72110000000	4			CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS		11.872.810,17	2.656.129,65	10,00	14.528.929,82
	72111000000	5			RECURSOS ORDINÁRIOS		11.872.810,17	2.656.129,65	10,00	14.528.929,82
	8000000000	1			CONTROLES CREDORES	С	14.030.044,50	7.510.522,25	8.933.407,57	15.452.929,82 C
	81000000000	2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	С	2.157.234,33	2.235.400,00	1.002.165,67	924.000,00 C
	81200000000	3			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	С	2.157.234,33	2.235.400,00	1.002.165,67	924.000,00 C
	81230000000	4			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	С	2.157.234,33	2.235.400,00	1.002.165,67	924.000,00 C
	81231000000	5			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	С	2.157.234,33	2.235.400,00	1.002.165,67	924.000,00 C
	81231990000	6			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	С	2.157.234,33	2.235.400,00	1.002.165,67	924.000,00 C
	81231990100	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	С	2.220.000,00	2.227.700,00	924.000,00	916.300,00 C
	81231990200	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EM EXECUÇÃO		62.765,67	7.700,00	70.465,67	,00
	81231990300	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EXECUTADOS		,00	,00	7.700,00	7.700,00 C
	82000000000	2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	С	11.872.810,17	5.275.122,25	7.931.241,90	14.528.929,82 C
	82100000000	3			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	С	11.872.810,17	4.351.122,25	7.007.241,90	14.528.929,82 C
	82110000000	4			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	С	11.872.810,17	4.351.122,25	7.007.241,90	14.528.929,82 C
	82111000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	С	9.442.925,42	924.010,00	4.598.950,65	13.117.866,07 C
	82111010000	6			RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	С	9.442.925,42	924.010,00	4.598.950,65	13.117.866,07 C
	82112000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	С	2.429.884,75	2.932.348,50	1.418.763,75	916.300,00 C
					COMPROMETIDA POR EMPENHO					
	82112010000	6			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	С	2.429.884,75	2.437.584,75	924.000,00	916.300,00 C
					COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR					
	82112020000	6			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS		,00	494.763,75	494.763,75	,00
					COMPROMETIDA POR EMPENHO - EM LIQUIDAÇÃO					
	82113000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS		,00	494.763,75	494.763,75	,00





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG
Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
					COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS				
					COMPENSATÓRIAS				
	82113010000	6			COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	,00	494.763,75	494.763,75	,00
	82114000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	,00	,00	494.763,75	494.763,75 C
					UTILIZADA				
	82300000000	3			EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	,00,	924.000,00	924.000,00	,00
	82310000000	4			EXECUÇÃO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	,00,	924.000,00	924.000,00	,00
	82311000000	5			COTAS ORÇAMENTÁRAS EM EXECUÇÃO	,00	924.000,00	924.000,00	,00
	82311010000	6			COTAS ORÇAMENTÁRIAS LIBERADAS	,00	924.000,00	,00	924.000,00
	82311020000	6			COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	,00,	,00	924.000,00	924.000,00 C
					TOTAL DAS CONTAS	.00	33.989.380.00	33.989.380.00	.00





Ano: 2021 Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00563 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG Unidade 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
ATIVO FINANCEIRO	11.872.810,17	2.656.129,65	494.773,75	14.034.166,07
ATIVO PERMANENTE	,00	529.207,50	529.207,50	,00
PASSIVO FINANCEIRO	,00	989.527,50	989.527,50	,00
PASSIVO PERMANENTE	,00	,00	,00	,00

17. Parecer do Conselho (Item XIV - Parecer Conselho Diretor e af)	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ R Mateus Leme, 1.470 Prédio - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

TERMO Nº 7411428 - DEF-D-CEOFC-DC

SEI!TJPR Nº 0021432-33.2022.8.16.6000 SEI!DOC Nº 7411428

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS -FUNSEG, REFERENTE AO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DE 2021, PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DO SEU CONSELHO DIRETOR.

A prestação de contas anual do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, relativa ao exercício financeiro de 2021, formalizada no SEI nº 0021432-33.2022.8.16.6000, foi disponibilizada em 04/03/2022 para exame dos membros do Conselho Diretor, composto pelos Excelentíssimos Senhores: Desembargador José Laurindo de Souza Netto, Presidente, Desembargador Luiz Osório Moraes Panza, 1º Vice-Presidente, Desembargador Luiz Cezar Nicolau, Corregedor-Geral da Justica, bem como aos demais membros, Desembargador Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, Desembargador Gamaliel Seme Scaff, Desembargador José Carlos Dalacqua, Desembargador Mário Helton Jorge e Doutor José Orlando Cerqueira Bremer.

Em 08/03/2021, em reunião presidida pelo Excelentíssimo Desembargador Luiz Osório Moraes Panza, 1º Vice-Presidente, realizada na sala do 1º Vice-Presidente e com a possibilidade de participação na modalidade à distância, mediante acesso via plataforma Microsoft Teams, a Prestação de Contas foi apresentada pelo ilustre Diretor do Departamento Econômico e Financeiro, ocasião em que foi aberta a oportunidade para esclarecimentos de eventuais dúvidas dos membros do Conselho Diretor.

O Conselho Diretor do FUNSEG esteve representado na reunião com a seguinte formação:

Membro	Situação
III 146 - INGA I SHINININ NA SAHZI MAHA - PRAGMAMA	Presente no início da reunião, com posterior ausência justificada
Des. Luiz Osório Moraes Panza - 1º Vice-Presidente	Presente – Presidiu a reunião do Conselho
Des. Luiz Cezar Nicolau - Corregedor-Geral da Justiça	Presente na sala de reuniões

Des. Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca	Ausência justificada
Des. José Carlos Dalacqua	Ausência justificada
Des. Gamaliel Seme Scaff	Ausência justificada
Des. Mário Helton Jorge	Presente via <i>Microsoft Teams</i>
Des. José Orlando Cerqueira Bremer	Presente via <i>Microsoft Teams</i>

A apresentação consignou as principais informações de receitas previstas e arrecadadas, bem como das despesas autorizadas na LOA-2021 (20.446, de 18 de dezembro de 2020), bem como as despesas empenhadas e as pagas, conforme contido detalhadamente nos seguintes documentos:

Doc. SEI nº	Documento
7335888	Relatório resumido
7335951	Relatório de receitas
7335970	Relatório de despesas

Por fim, foi apresentado o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2021, o qual poderá ser incorporado ao orçamento do exercício de 2022 para fazer frente às necessidades do Poder Judiciário Paranaense.

Os Excelentíssimos Desembargadores membros do Conselho Diretor, presentes na sala de reuniões, pessoalmente e/ou via Microsoft Teams, aprovaram por unanimidade a Prestação de Contas do FUNSEG referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2021.

Eu, Moacir Carneiro Junior, secretário designado para o ato, emiti o presente relatório que, depois de lido, vai devidamente assinado por mim e pelo Excelentíssimo Senhor 1º Vice-Presidente desta Corte, Desembargador Luiz Osório Moraes Panza.

Curitiba, data gerada pelo sistema.

MOACIR CARNEIRO JUNIOR

Diretor do Departamento Econômico e Financeiro Secretário do Ato de Prestação de Contas

Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA

1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Exerceu a Presidência da Reunião do Conselho Diretor)



Documento assinado eletronicamente por MOACIR CARNEIRO JUNIOR, Diretor de Departamento, em 21/03/2022, às 14:30, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Luiz Osorio Moraes Panza, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, em 21/03/2022, às 16:14, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador 7411428 e o código CRC 1D9B4FB0.

0021432-33.2022.8.16.6000 7411428v7



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

R. Prefeito Rosaldo Gomes M. Leitão, s/nº, 7º andar, Prédio Anexo ao Palácio da Justiça - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

PAPELETA DE JULGAMENTO Nº 7419436 - DM-DACM

SEI!TJPR Nº 0021547-54.2022.8.16.6000 SELIDOC Nº 7419436

23 - PRESTAÇÕES DE CONTAS - EXERCÍCIO 2021 SEI Nº: 0021547-54.2022.8.16.6000

ASSUNTO: Apreciação das Prestações de Contas do Tribunal de Justiça e Fundos Especiais do Poder Judiciário relativas ao Exercício de 2021 (art. 98, II e III, Regimento Interno) APRESENTANTE(s): DPLAN / DEF

SESSÃO: 4ª Ordinária

Em 11 de março de 2022

Des. José Laurindo de Souza Netto (Presidente) - (RELATOR)- pela aprovação das Prestações de Contas do Tribunal de Justiça e Fundos Especiais do Poder Judiciário, relativas ao Exercício de 2021

Des. Luiz Osório Moraes Panza (1º Vice-Presidente) – com o relator

Des. Luiz Cezar Nicolau (Corregedor-Geral da Justiça) – com o relator

Des. Sigurd Roberto Bengtsson – com o relator

Des^a. Themis de Almeida Furquim – com o relator

Des. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira – ausente justificadamente

Des, Roberto Antônio Massaro – com o relator

DECISÃO: O c. Conselho da Magistratura, por unanimidade de votos, aprova as Prestações de Contas do Tribunal de Justiça e Fundos Especiais do Poder Judiciário, relativas ao Exercício de 2021, nos

termos do voto do Exmº. Sr. Des. Presidente José Laurindo de Souza Netto, Relator.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO

Presidente

Bel. Ronald Emilio Marques Secretário do Conselho da Magistratura



Documento assinado eletronicamente por RONALD EMILIO MARQUES, Chefe de Divisão, em 15/03/2022, às 14:15, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador 7419436 e o código CRC 759597CE.

 $0021547 \hbox{-} 54.2022.8.16.6000$ 7419436v2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ R Mateus Leme, 1.470 Prédio - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

PAPELETA DE JULGAMENTO Nº 7433915 - DM-D

SEI!TJPR Nº 0032415-91.2022.8.16.6000 SEI!DOC Nº 7433915

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ ÓRGÃO ESPECIAL - ADMINISTRATIVO

Sessão realizada em 14 de março de 2022 14.1 - Prestação de Contas - 0021619-41.2022.8.16.6000

Assunto: Análise de Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG, referentes ao exercício de 2021.

Relator: Desembargador Presidente

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES

Des. José Laurindo de Souza Netto (Presidente) - Relator - pela aprovação da Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG, referentes ao exercício

Des. Telmo Cherem (licenciado) – Des. Ramon de Medeiros Nogueira – com o Relator.

Des.ª Regina Afonso Portes (licenciada) – Des. Marcus Vinícius de Lacerda Costa – com o

Des. Ruy Cunha Sobrinho (licenciado) – Des. José Augusto Gomes Aniceto – com o Relator.

Des. Carvílio da Silveira Filho – com o Relator.

Des. Robson Marques Cury – com o Relator.

Des.^a Maria José Teixeira – com o Relator.

Des. Jorge Massad – com o Relator.

Des.^a Sônia Regina de Castro – com o Relator.

Des. Rogério Kanayama – com o Relator.

Des. Lauro Laertes de Oliveira – com o Relator.

Des. Paulo Roberto Vasconcelos – com o Relator.

Des. Arquelau Araújo Ribas - com o Relator.

Des. Antonio Renato Strapasson – com o Relator.

Desa. Vilma Régia Ramos de Rezende – com o Relator.

Des. Mário Helton Jorge – com o Relator.

Des. Luiz Osório Panza (1º Vice-Presidente) – com o Relator.

Desa. Lenice Bodstein – com o Relator.

Desa. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes – com o Relator.

Des. Luiz Cezar Nicolau (Corregedor-Geral da Justiça) – com o Relator.

Des. Clayton de Albuquerque Maranhão – com o Relator.

Des. Fábio Haick Dalla Vecchia – com o Relator.

Desa. Ana Lúcia Lourenço – com o Relator.

Des. Fernando Ferreira de Moraes – com o Relator.

Des. Marco Antonio Antoniassi – com o Relator.

Decisão: O Órgão Especial, por unanimidade de votos, aprovou a Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG, referentes ao exercício de 2021, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Des. Relator José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO

Mariana da Costa Turra Brandão

Presidente do Tribunal de Justiça

Secretária do Tribunal de Justiça



Documento assinado eletronicamente por MARIANA DA COSTA TURRA BRANDAO, Secretária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em 18/03/2022, às 18:55, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça, em 18/03/2022, às 19:13, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador **7433915** e o código CRC **8E6DAE3C**.

7433915v2 0032415-91.2022.8.16.6000

3. Declaração de Bens (Item XV - Declaração expressa da unidade)	

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que Declaro, para os devidos fins, que os Gestores das Contas do Fundo de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, Desembargadores Adalberto Jorge Xisto Pereira e José Laurindo de Souza Netto, estão em dia com a obrigação de apresentação de autorização de acesso à declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047, de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

_ocal e data.	
	André Luiz Massad
	Diretor do Departamento da Magistratura

19.	Balanço Orçamentário (DCASP) (Item XVI a - Balanço Orçamentário)





	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL (A)	ATUALIZADA (B)	REALIZADAS (C)	(D=C-B)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	,00	,00,	,00	,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	,00	,00,	,00	,00
RECEITA PATRIMONIAL	305.000,00	305.000,00	2.656.119,65	2.351.119,65
RECEITA AGROPECUÁRIAS	,00	,00,	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00,	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.581.000,00	1.581.000,00	,00	1.581.000,00-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	,00	,00,	,00	,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	,00	,00,	,00	,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	,00	,00	,00	,00
ALIENAÇÃO DE BENS	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	,00	,00,	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNA	,00	,00	,00	,00
MOBILIÁRIA	,00	,00	,00	,00
CONTRATUAL	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	,00	,00	,00	,00
MOBILIÁRIA	,00	,00	,00	,00
CONTRATUAL	,00			,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65
DÉFICIT (VI)1	,00	.00	,00	,00
TOTAL (VII) = $(V + VI)$	1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	770.119,65





RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D=C-B)
	(A)	(B)	(C)	(D-C-B)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	,00	,00	,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	,00	,00	,00	,00
Superávit Financeiro	,00	,00	,00	,00
Reabertura de Créditos Adicionais	,00	,00	,00	,00





DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (I=F-G)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.486.000,00	1.486.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	562.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	,00	,00,	,00	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00,	,00	,00,	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.486.000,00	1.486.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	562.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	400.000,00	400.000,00	,00,	,00	,00	400.000,00
INVESTIMENTOS	400.000,00	400.000,00	,00,	,00	,00	400.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00,	,00	,00,	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00,	,00	,00,	,00	,00	,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	,00,	,00	,00,	,00	,00	,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	1.886.000,00	1.886.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	962.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XII)	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Amortização da Dívida Interna	,00,	,00	,00	,00	,00	,00
Dívida Mobiliária	,00,	,00	,00	,00	,00	,00
Outras Dívidas	,00,	,00	,00	,00	,00	,00
Amortização da Dívida Externa	,00,	,00	,00	,00	,00	,00
Dívida Mobiliária	,00,	,00	,00	,00	,00	,00
Outras Dívidas	,00,	,00	,00	,00	,00	,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	1.886.000,00	1.886.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	962.000,00
SUPERÁVIT (XIII)	,00	,00	1.732.119,65	,00	,00	,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	7.700,00	7.700,00	962.000,00
RESERVA DO RPPS	,00	,00	,00	,00	,00	,00





	INSCI	RITOS				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F=A+B-D-E)
DESPESAS CORRENTES	1.099.926,67	858.834,33	15.940,00	15.940,00	1.942.821,00	,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.099.926,67	858.834,33	15.940,00	15.940,00	1.942.821,00	,00
DESPESAS DE CAPITAL	,00	471.123,75	471.123,75	471.123,75	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	471.123,75	471.123,75	471.123,75	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00		,00	,00	,00
TOTAL	1.099.926,67	1.329.958,08	487.063,75	487.063,75	1.942.821,00	,00





	INSCR	RITOS			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=A+B-C-D)
DESPESAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	,00	,00	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
DESPESAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00		,00
TOTAL	,00	,00	,00	,00	,00

20. Balanço Financeiro (DCASP) (Item XVI b - Balanço Financeiro)





UNIDADE - 0563 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS FUNSEG

BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	2.656.119,65	1.799.986,20	
ORDINÁRIA	2.656.119,65	1.799.986,20	
VINCULADA	,00	,00	
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	,00,	,00	
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	,00	,00	
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS	,00,	,00	
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00,	,00	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	,00,	,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	,00	,00	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	,00	,00	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	,00	,00	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	916.300,00	1.331.123,88	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	916.300,00	1.329.958,08	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	,00	,00	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	1.165,80	
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	,00	,00	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	11.872.810,17	10.446.294,64	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.872.810,17	10.446.294,64	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	,00	
OUTROS VALORES	,00	,00	
TOTAL(V) = (I+II+III+IV)	15.445.229,82	13.577.404,72	





BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	924.000,00	1.683.268,75	
ORDINÁRIA	924.000,00	1.683.268,75	
VINCULADA	,00	,00	
RECURSOS DESTINADO A EDUCAÇÃO	,00,	,00	
RECURSOS DESTINADOS A SAÚDE	,00,	,00	
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS	,00,	,00	
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL-RGPS	,00,	,00	
RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00,	,00	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	,00,	,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	,00	,00	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	
TRANSFERÊNCIA CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	,00	,00	
TRANSFERÊNCIA CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	,00	,00	
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	487.063,75	21.325,80	
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	487.063,75	20.160,00	
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	,00	,00	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	1.165,80	
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	,00	,00	
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	14.034.166,07	11.872.810,17	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.034.166,07	11.872.810,17	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	,00	
OUTROS VALORES	,00	,00	
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	15.445.229,82	13.577.404,72	

21.	Balanço Patrimonial (DCASP) (Item XVI c - Balanço Patrimonial)





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	14.034.166,07	11.872.810,17	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.034.166,07	11.872.810,17
ATIVO CIRCULANTE	14.034.166,07	11.872.810,17	PASSIVO CIRCULANTE	,00,	,00,
CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	14.034.166,07	11.872.810,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSISTENCIAIS A PAGAR A		
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	,00	,00,	CURTO PRAZO	,00,	,00,
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	,00	,00,	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	,00,	,00,
ESTOQUES	,00	,00,	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	,00,	,00,
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	,00,	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	,00,	,00,
ATIVO NÃO CIRCULANTE	,00	,00,	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	,00,	,00,
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	,00	,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	,00,	,00,
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	,00	,00,	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	,00,	,00,
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	,00	,00,	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	,00,	,00,
ESTOQUES	,00	,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A	1	
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	,00	PAGAR A LONGO PRAZO	,00,	,00,
INVESTIMENTOS	,00	,00,	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	,00,	,00,
IMOBILIZADO	,00	,00,	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	,00,	,00,
INTANGÍVEL	,00	,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	,00,	,00,
			PROVISÕES A LONGO PRAZO	,00,	,00,
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	,00,	,00,
			RESULTADO DIFERIDO	,00,	,00,
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.034.166,07	11.872.810,17
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	,00,	,00,
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	,00,	,00,
			RESERVAS DE CAPITAL	,00,	,00,
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	,00,	,00,
			RESERVAS DE LUCROS	,00,	,00,
			DEMAIS RESERVAS	,00,	,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	14.034.166,07	11.872.810,17
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	,00,	,00,





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
ATIVO (I)	14.034.166,07	11.872.810,17
ATIVO FINANCEIRO	14.034.166,07	11.872.810,17
ATIVO PERMANENTE	,00,	,00,
PASSIVO (II)	916.300,00	2.429.884,75
PASSIVO FINANCEIRO	916.300,00	2.429.884,75
PASSIVO PERMANENTE	,00,	,00,
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	13.117.866,07	9.442.925,42





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	,00	,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	,00	,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	,00	,00,
DIREITOS CONTRATUAIS	,00	,00,
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	,00	,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	916.300,00	2.157.234,33
GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS CONCEDIDAS	,00	,00,
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	,00	,00,
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	916.300,00	2.157.234,33
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	,00	,00,





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
000000100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	,00	,00
000000101-RECEITAS DESVINCULADAS PELA EC 93/2016	,00	,00
000000102 -FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECP	,00	,00
000000103-AUXÍLIO AOS ESTADOS EXPORTADORES	,00	,00
000000104-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	,00	,00
000000105-RESULTADO DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS	,00	,00
000000106-FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR	,00	,00
000000107-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	,00	,00
000000108 -ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	,00	,00
000000109-RECURSOS PROVENIENTES DE PERCENTUAL S/ BILHETES DE PASSAGENS INTERMUNIC. P/ AÇÕES VOLTADAS À CRIANÇA /ADOLESC	,00	,00
000000110-RECEITAS DECORRENTES DOS FUNDOS ESPECIAIS DO TJPR (FUNREJUS, FUNJUS E FUNSEG)	,00	,00
000000111-COTA PARTE DAS MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO DO FUNRESTRAN DESTINADO AO FUNESP	,00	,00
000000112-CONVÊNIO DA POLÍCIA MILITAR - FUNESP/PR	,00	,00
000000113-FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNESP/PR	,00	,00
000000114-FUNDO DE MAN E DESENVOLVIMENTO DA EDUC E DE VALOR DOS PROF DA EDUC - FUNDEB -40%	,00	,00
000000115-RECEITA EXCEDENTE DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS	,00	,00
000000116-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	,00	,00
000000119-RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 9703/98	,00	,00
000000120-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	,00	,00
000000121-RECEITA DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS - LEI 18.878/2016	,00	,00
000000122-RECURSOS PROVENIENTES DO PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO	,00	,00
000000123-FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - FUPEN (INSTITUIDO P/ LEI 4.955/1964,VINC ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
000000124-MULTAS E TAXAS DE SAÚDE PÚBLICA - FUNSAUDE	,00	,00
000000125- VENDA DE AÇÕES E/OU DEVOLUÇÃO DO CAPITAL SUBSCRITO OU NÃO E OUTROS INGRESSOS	,00	,00
000000126- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE	,00	,00
000000127-FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUÁRIO - FEAP (INSTITUÍDO PELA LEI 823/1951, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
000000128-FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO FISCO - FUNREFISCO	,00	,00
000000129-FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - FESD (INSTITUÍDO P/LEI 17.244/2012, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/14)	,00	,00
000000130-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FECON (INSTITUÍDO P/ LEI 14.975/2005, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/14)	,00	,00
000000131-PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO MENOR E DE NATUREZA SOCIAL - LEI N 11.091/95	,00	,00
000000132-PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	,00	,00





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
000000133-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM O EXTERIOR	,00,	,00
000000134-FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO (INSTITUÍDO PELA LEI 16.732/2010, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00,	,00
000000135 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA	,00	,00
000000136 -RECURSOS ORIUNDOS DA TARIFA DE CONCURSOS PÚBLICOS	,00,	,00
000000137-RECURSOS PROVENIENTES DA COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIOS COM DÉBITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	,00	,00
000000138-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA (INSTITUIDO P/ LEI 12.945/2000, VINC ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
000000139-FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FETC	,00	,00
000000140-ESCOLA DO LEGISLATIVO ESTADUAL E DA TV ASSEMBLEIA	,00,	,00
000000142-OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNAS	,00,	,00
000000143-OUTRAS OPERAÇOES DE CRÉDITO EXTERNAS - BID	,00,	,00
000000144-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO - FUNDO FINANCEIRO E FUNDO MILITAR	,00,	,00
000000145-FUNDO DE MAN E DESENVOLVIMENTO DA EDUC E DE VALOR DOS PROF DA EDUC - FUNDEB -60%	,00,	,00
000000146-FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FRHI (INSTITUÍDO P/LEI 12.726/1999, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00,	,00
000000147-RECEITAS RECOLHIDAS AO TESOURO GERAL DO ESTADO POR DETERMINAÇÃO LEGAL	,00	,00
000000148-OUTROS CONVÊNIOS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00,	,00
000000150-FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA DESTINADO AO FIA – LEI 19.049/2017	,00,	,00
000000151-SISTEMA ESTADUAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS -SEPARTEC (DECRETO Nº9.194/2018)	,00	,00
000000152-FUNDO DE AVAL GARANTIDOR DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO PARANÁ - FAG (LEI № 19.478/2018)	,00	,00
000000153-FUNDO DE CAPITAL DE RISCO DO ESTADO DO PARANÁ - FCR (LEI Nº 19.479/2018)	,00	,00
000000154-FUNDO DE INOVAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO PARANÁ - FIME (LEI Nº 19.480/2018)	,00,	,00
000000155-DIREITOS CREDITÓRIOS DO ANTIGO BADEP	,00,	,00
000000156-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP	,00	,00
000000157-COMANDO DO CORPO DE BOMBEIRO DO PARANÁ	,00,	,00
000000160-AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR	,00,	,00
000000161RECURSOS ORIUNDOS DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	,00,	,00
000000250 - DIRETAMENTE ARRECADADOS	13.117.866,07	9.442.925,42
000000251-OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	,00,	,00
000000252-OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA	,00,	,00
000000254-MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - FUNRESTRAN	,00	,00
000000255-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - SUS	,00,	,00
000000256-REPOSIÇÃO FLORESTAL - SERFLOR	,00,	,00





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
000000257-RECEITAS DE OUTRAS FONTES RECOLHIDAS A ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA POR DETERMINAÇÃO LEGAL	,00	,00
000000258-DIRETAMENTE ARRECADADO COM UTILIZAÇÃO VINCULADA	,00	,00
0000000259-RECEITAS DESVINCULADAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PELA EC 93/2016	,00	,00
000000260-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	,00	,00
0000000261- FUNDO ESPECIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – FUNSUSP/PR	,00	,00
000000281-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	,00	,00
000000283- TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM O EXTERIOR	,00	,00
000000284-OUTROS CONVÊNIOS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	,00
000000162- OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - RECURSOS PROV DOS DEP JUDICIAIS DE TERC	,00	,00
000000163- RECURSOS ORIUNDOS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA USO EXCLUSIVO NO TRATAMENTO DA COVID 19	,00	,00
000000164- AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS (INCISO I DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020)	,00	,00
000000165- AUXILIO FINANEIRO AOS ESTADOS - SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (L.C.Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020)	,00	,00
0000000262- SERVIÇOS DE SAÚDE REMUNERADOS PELO SUS	,00	,00
0000000263-RECURSOS ORIUNDOS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA USO EXCLUSIVO NO TRATAMENTO DA COVID 19	,00	,00
0000000264-AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LEI Nº 14.017/2020	,00	,00
000000166 - Transferência Especial da União - Emendas Individuais	,00	,00
000000167 - Transferência Especial da União - Emendas de Bancada	,00	,00
000000266 - Transferência Especial da União - Emendas Individuais	,00	,00
000000267 - Transferência Especial da União - Emendas de Bancada	,00	,00
000000168 SERVIÇOS DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO	,00	,00
TOTAL	13.117.866,07	9.442.925,42

22. Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (Item XVI d - Demonstração das Variações)	





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00
IMPOSTOS	,00	,00
TAXAS	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	,00	,00,
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS,SERVIÇOS E DIREITOS	,00	,00
VENDAS DE MERCADORIAS	,00	,00,
VENDAS DE PRODUTOS	,00	,00
EXPLORAÇÃO DE BENS,DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	,00	,00,
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.656.119,65	1.799.986,20
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	,00	,00,
JUROS E ENCARGOS DE MORA	,00	,00,
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	,00	,00,
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	,00	,00,
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.656.119,65	1.799.986,20
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS-FINANCEIRAS	,00	,00,
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	,00	,00,
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	,00	,00
DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	,00	,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE	,00	,00
PASSIVOS		
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	,00	,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	,00	,00





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VPA A CLASSIFICAR	,00	,00,
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	,00	,00,
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS	,00	,00,
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	,00	,00,
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	2,656,119,65	1.799.986.20





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	·	
PESSOAL E ENCARGOS	,00	,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	,00	,00
ENCARGOS PATRONAIS	,00	,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	,00	,00
CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-PESSOAL E ENCARGOS	,00	,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	,00
APOSENTADORIAS E REFORMAS	,00	,00
PENSÕES	,00	,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	,00	,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	,00	,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	,00	,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	,00
USO DE BENS,SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	23.640,00	85.865,67
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	,00	,00
SERVIÇOS	23.640,00	85.865,67
DEPRECIAÇÃO,AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	,00	,00
CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	,00	,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	,00	,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	,00	,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-FINANCEIRAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	471.123,75	303.801,11
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	471.123,75	303.801,11
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	,00	,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	,00	,00

Página 3 de 4





MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior	
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	,00	,00,	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00	
TRIBUTÁRIAS	,00	,00	
IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00	
CONTRIBUIÇÕES	,00,	,00	
CUSTO COM TRIBUTOS	,00,	,00	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	,00,	,00	
PREMIAÇÕES	,00,	,00	
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	,00,	,00	
INCENTIVOS	,00,	,00	
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	,00,	,00	
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	,00,	,00	
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	,00,	,00	
CUSTO DE OUTRAS VPD	,00,	,00	
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	,00,	,00	
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	494.763,75	389.666,78	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	2.161.355,90	1.410.319,42	

23.	23. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (Item XVI e - Demonstração dos Fluxos de)		





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	2.656.119,65	1.801.152,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	,00	,00,
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	,00	,00,
RECEITA PATRIMONIAL	,00	,00,
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	,00	,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	2.656.119,65	1.799.986,20
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	,00,	,00,
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00,	,00,
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	,00	1.165,80
DESEMBOLSOS	23.640,00	87.031,47
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	23.640,00	85.865,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00,	,00,
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00,	,00,
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	,00,	1.165,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	2.632.479,65	1.714.120,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	,00,	,00
ALIENAÇÃO DE BENS	,00,	,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	,00,	,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	,00,	,00
DESEMBOLSOS	471.123,75	287.605,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	471.123,75	287.605,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	,00,	,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	,00,	,00,
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	471.123,75-	287.605,00-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	,00,	,00,





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	,00,	,00,
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	,00,	,00
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTOS	,00,	,00
DESEMBOLSOS	,00,	,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	,00,	,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	,00,	,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	,00,	,00,
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	2.161.355,90	1.426.515,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.872.810,17	10.446.294,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	14.034.166,07	11.872.810,17





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00,	,00,
INTERGOVERNAMENTAIS	,00	,00,
DA UNIÃO	,00	,00,
DE ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	,00	,00,
DE MUNICÍPIOS	,00	,00,
INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	,00,
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00,
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	,00,
INTERGOVERNAMENTAIS	,00	,00,
A UNIÃO	,00	,00,
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	,00	,00,
A MUNÍCIPIOS	,00	,00,
INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	,00,
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	,00





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	23.640,00	85.865,67
LEGISLATIVA	,00,	,00,
JUDICIÁRIA	23.640,00	85.865,67
ESSENCIAL A JUSTIÇA	,00,	,00,
ADMINISTRAÇÃO	,00,	,00,
DEFESA NACIONAL	,00,	,00,
SEGURANÇA PÚBLICA	,00,	,00,
RELAÇÕES EXTERIORES	,00,	,00,
ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00,	,00,
PREVIDÊNCIA SOCIAL	,00,	,00,
SAÚDE	,00,	,00,
TRABALHO	,00,	,00,
EDUCAÇÃO	,00,	,00,
CULTURA	,00,	,00,
DIREITOS DA CIDADANIA	,00,	,00,
URBANISMO	,00,	,00,
HABITAÇÃO	,00,	,00,
SANEAMENTO	,00,	,00,
GESTÃO AMBIENTAL	,00,	,00,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	,00,	,00,
AGRICULTURA	,00,	,00,
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	,00,	,00,
INDÚSTRIA	,00,	,00,
COMÉRCIO E SERVIÇOS	,00,	,00,
COMUNICAÇÕES	,00,	,00,
ENERGIA	,00,	,00,
TRANSPORTE	,00,	,00,
DESPORTO E LAZER	,00,	,00,
ENCARGOS ESPECIAIS	,00	,00





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00,	,00,
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	,00,	,00,
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	,00,	,00,
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00

24.	Notas explicativas às DCASP (Item XVI f - Notas Explicativas às DCASP)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO FUNDO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando os mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas.

Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações.

Exercício 2021



FUNDO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR Praça Nossa Senhora de Salette, S/N CEP 80.530-912 - Curitiba, PR

Des. José Laurindo de Souza Netto

Presidente TJPR

Mariana da Costa Turra Brandão

Secretária do TJPR

Moacir Carneiro Júnior

Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

Leonir Valmorbida

Coordenador de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil CRC nº PR-045671/O

Rosângela Daniele Campos Silva

Chefe da Divisão de Contabilidade CRC nº PR-045232/O



CONTEÚDO

Lista de siglas	4
Lista de Tabelas e Gráficos	5
Apresentação	6
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
Balanço Patrimonial (BP)	8
Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial	9
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	
Nota 2 – Resultados Acumulados	9
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	10
Notas Explicativas das Demonstração das Variações Patrimoniais	11
Nota 3 – VPA Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11
Nota 4 – VPD Transferências e Delegações Concedidas	11
Nota 5 – Resultado Patrimonial	12
Balanço Financeiro (BF)	13
Notas Explicativas ao Balanço Financeiro1	14
Nota 6 – Receitas Orçamentárias	
Nota 7 – Restos a Pagar (inscritos e pagos)	14
Nota 8 – Saldo para o Exercício Seguinte	
Balanço Orçamentário (BO)	15
Anexo I – Demonstrativo de Execução dos RPNP	
Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário	
Nota 9 – Receitas Realizadas	
Nota 10 – Dotação e Execução Orçamentária da Despesa	
Nota 11 – Execução de Restos a Pagar	
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	21
Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Nota 12 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	



LISTA DE SIGLAS

AH Análise Horizontal

AV Análise Vertical

BF Balanço Financeiro

BO Balanço Orçamentário

BP Balanço Patrimonial

CDB Certificado de Depósito Bancário

CDI Certificado de Depósito Interbancário

CEF Caixa Econômica Federal

DFC Demonstração dos Fluxos de Caixa

DVP Demonstração das Variações Patrimoniais

FUNSEG Fundo de Segurança dos Magistrados

MCASP Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC TSP Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público

NE Nota Explicativa

RPNP Restos a Pagar Não Processados

SIAF Sistema Integrado de Finanças Públicas

STN Secretaria do Tesouro Nacional

TJPR Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

VPA Variação Patrimonial Aumentativa

VPD Variação Patrimonial Diminutiva



LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela I Caixa e Equivalentes de Caixa Tabela II Transferências e Delegações Concedidas Tabela III Execução da Despesa por Grupo

GRÁFICOS

Gráfico 1 Receitas Realizadas

Gráfico 2 Dotação Orçamentária

Gráfico 3 Execução de Restos a Pagar Não Processados (RPNP)



APRESENTAÇÃO

O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados foi criado pela Lei nº. 17.838 de 19/12/2013, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, com recursos necessários para fazer frente às seguintes despesas:

- I Estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados;
- II Construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;
 - III Manutenção dos serviços de segurança;
- IV Formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;
- V Aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal;
- VI Participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e
- VII atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

O Decreto Judiciário 205 de 31 de janeiro de 2014 aprovou o Regulamento do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, visando prover os recursos orçamentários e financeiros necessários para a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

As demonstrações contábeis abaixo elencadas foram elaboradas e extraídas do Sistema Integrado de Finanças Públicas (NovoSIAF), observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e as Orientações Técnicas Contábeis da SEFA/PR.

A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real.

As Demonstrações Contábeis do FUNSEG são as sequintes:



- Balanço Patrimonial (BP) evidencia os ativos e passivos do fundo e o resultado do exercício.
- Balanço Orçamentário (BO) traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro (BF) visa demonstrar o fluxo financeiro do fundo no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro de 2021 e 2020. No ativo, estão demonstradas as contas que representam os recursos aplicados nas atividades do órgão, e no passivo o total de recursos que foram empregados para financiar essas atividades.

BALANÇO PATRIMONIAL

CONTAS	NE	31/12/2021	31/12/2020	AH
ATIVO		14.034.166,07	11.872.810,17	18%
Ativo Circulante		14.034.166,07	11.872.810,17	18%
Caixa Equivalente de Caixa	1	14.034.166,07	11.872.810,17	18%
Ativo Não Circulante		0,00	0,00	0%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.034.166,07	11.872.810,17	18%
Passivo Circulante		0,00	0,00	0%
Patrimônio Líquido	2	14.034.166,07	11.872.810,17	18%
Resultados Acumulados	2	14.034.166,07	11.872.810,17	18%



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1: Caixa e Equivalentes de Caixa

Valores que representam a disponibilidade (liquidez) imediata.

Tabela I – Caixa e Equivalentes de Caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Disponibilidades Financeiras	31/12/2021	31/12/2020	AH		
Conta Corrente	0,00	0,00	0,00%		
Aplicações Financeiras	14.034.166,07	11.872.810,17	100,00%		
TOTAL	14.034.166,07	11.872.810,17	100,00%		

Observa-se que 100% dos recursos do FUNSEG se encontram aplicados. As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa de curto prazo e CDB- Certificado de Depósito Bancário, de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, que estão conversíveis em um montante conhecido de caixa. As operações junto à Caixa Econômica Federal na modalidade CDB possuem remuneração contratual de 98,5% do CDI.

NOTA 2: Resultados Acumulados

O valor do Resultado Patrimonial do exercício de 2021 descrito na NE nº 5 foi incorporado aos Resultados Acumulados no Balanço Patrimonial, perfazendo um total de R\$ 14.034.166,07.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do FUNSEG evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3	2.656.119,65	1.799.986,20
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3	2.656.119,65	1.799.986,20
Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		2.656.119,65	1.799.986,20

VARIAÇOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		23.640,00	85.865,67
Serviços		23.640,00	85.865,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	4	471.123,75	303.801,11
Transferências Intra Governamentais	4	471.123,75	303.801,11
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		494.763,75	389.666,78
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	5	2.161.355,90	1.410.319,42

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Neste demonstrativo, é relevante reportamos ao seguinte grupo de contas:

NOTA 3: VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

O valor registrado nas Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras refere-se a arrecadação das receitas orçamentárias composta dos rendimentos de aplicações financeiras e 0,2% da receita bruta dos cartórios do Foro Extra Judicial.

NOTA 4: VPD – Transferências e Delegações Concedidas

As "Transferências e Delegações Concedidas" do FUNSEG compreende apenas as variações patrimoniais diminutivas resultantes das transferências intragovernamentais, referente as transferências dos bens móveis adquiridos com recursos do Fundo para a Unidade Contábil 05.01-Tribunal de Justiça, as quais estão detalhadas abaixo.

Tabela II – Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e Delegações Concedidas						
Transferências Bens Móveis						
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro						
Mês (2021)	Valor					
Janeiro	77.445,00					
Fevereiro	58.083,75					
Março	116.167,50					
Abril	6.453,75					
Maio	51.630,00					
Julho	161.343,75					
TOTAL	471.123,75					



NOTA 5: Resultado Patrimonial

No exercício de 2021, o Fundo de Segurança dos Magistrados obteve *superávit* patrimonial no valor de R\$ 2.161.355,90, ficando em torno de 53% maior em relação ao exercício de 2020.

O Resultado foi incorporado ao Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial.



BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	NE	EXERCICIO 2021	EXERCICIO 2020
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	6	2.656.119,65	1.799.986,20
Ordinária	6	2.656.119,65	1.799.986,20
Vinculada	6	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		916.300,00	1.331.123,88
Inscrição de Restos a Pagar não processados	7	916.300,00	1.329.958,08
Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	7	0,00	1.165,80
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		11.872.810,17	10.446.294,64
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		11.872.810,17	10.446.294,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Outros Valores		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		15.445.229,82	13.577.404,72
DICTÊNDIOC		EVEROIOIO 2024	EVEROUS 2020
DISPÊNDIOS		EXERCICIO 2021	EXERCICIO 2020
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		924.000,00	1.683.268,75
Ordinária		924.000,00	1.683.268,75
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		487.063,75	21.325,80
Pagamentos de Restos a Pagar não processados		487.063,75	20.160,00
Depósitos Restituíves e Valores Vinculados		0,00	1.165,80
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	8	14.034.166,07	11.872.810,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	14.034.166,07	11.872.810,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		15.445.229,82	13.577.404,72



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 6: Receitas Orçamentárias

As Receitas Ordinárias decorrem dos rendimentos de aplicações financeiras e 0,2% da receita bruta dos Cartórios do Foro Extrajudicial. O FUNSEG não possui arrecadação de Receitas Vinculadas. Esses recursos podem fazer frente a todas as despesas constantes na Lei nº. 17.838.

NOTA 7: Restos a Pagar (Inscritos e Pagos)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da NE nº 11.

NOTA 8: Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 14.034.166,07, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa e Créditos a Curto Prazo com atributo "F" do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o BF do exercício seguinte.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa podem ser encontrados na Nota Explicativa nº 1: Caixa e Equivalentes de Caixa.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2021								
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	SALDO			
RECEITAS CORRENTES (I)	9	1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	-770.119,65			
Receita Patrimonial	9	305.000,00	305.000,00	2.656.119,65	-2.351.119,65			
Receita de Serviços	9	1.581.000,00	1.581.000,00	0,00	1.581.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	-770.119,65			
DÉFICIT (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (V) = (III + IV)		1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	-770.119,65			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2021							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE Dotação inicial I	Dotação atualizada	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo da	
DESFESAS ORÇAMILINTAKIAS	INL	Dotação Illiciai	Dotação atualizada	empenhadas	Liquidadas	pagas	dotação
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10	1.486.000,00	1.486.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	562.000,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10	1.486.000,00	1.486.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	562.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Investimentos		400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		1.886.000,00	1.886.000,00	924.000,00	7.700,00	7.700,00	962.000,00
SUPERÁVIT (XII)		0,00	0,00	1.732.119,65	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIII) = (XI + XII)		1.886.000,00	1.886.000,00	2.656.119,65	7.700,00	7.700,00	962.000,00



ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO 2021								
	INSC	RITOS	Liquidados		Cancelados	Saldo a Pagar		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Em exercícios	Em 31/dez do		Pagos				
	anteriores	exercício anterior						
DESPESAS CORRENTES	1.099.926,67	858.834,33	15.940,00	15.940,00	1.942.821,00	0,00		
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Correntes	1.099.926,67	858.834,33	15.940,00	15.940,00	1.942.821,00	0,00		
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	471.123,75	471.123,75	471.123,75	0,00	0,00		
Investimentos	0,00	471.123,75	471.123,75	471.123,75	0,00	0,00		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	1.099.926,67	1.329.958,08	487.063,75	487.063,75	1.942.821,00	0,00		



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 9: Receitas Realizadas

A realização da receita na ordem de aproximadamente 140% do valor orçado, se deve a eficiente gestão da arrecadação do TJPR.



Observamos no gráfico acima, que a maior arrecadação é referente aos 0,2% da Receita Bruta dos Cartórios do Foro extrajudicial, restando 21% para a arrecadação proveniente de Rendimentos de Aplicações Financeiras.



NOTA 10: Dotação e Execução Orçamentária da Despesa

Dotação Orçamentária

Para o exercício financeiro de 2021, o FUNSEG contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.886.000,00, distribuída nos seguintes grupos de despesas:



Este gráfico mostra que em relação ao total orçado, as Outras Despesas Correntes equivalem a 78,79%, enquanto os Investimentos ficaram com 21,21%.

Execução Orçamentária

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se, na Tabela III a seguir, que no exercício financeiro de 2021 foram executados (empenhados) aproximadamente 49% do orçamento atualizado para o exercício, restando um saldo orçamentário de R\$ 962.000.00.



Tabela III – Execução da Despesa por Grupo

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Saldo da dotação	AV
Outras Despesas Correntes	1.486.000,00	924.000,00	562.000,00	100%
Investimentos	400.000,00	0,00	400.000,00	0%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0%
TOTAL DAS DESPESAS	1.886.000,00	924.000,00	962.000,00	100%

Do montante empenhado, observa-se na tabela, que as despesas ocorreram 100% em Despesas Correntes, empenhadas na sua totalidade no grupo "Outras Despesas Correntes".

Cabe destacar que no grupo "Outras Despesas Correntes", tem-se como item de gasto as despesas com locação de bens móveis e outras naturezas e intangíveis, na qual o objeto é a locação de veículos blindados para o TJPR.

NOTA 11: Execução de Restos a Pagar

No gráfico a seguir, apresenta-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) do FUNSEG, executados no exercício de 2021.





Observa-se que foram liquidados e pagos R\$ 487.063,75 de RPNP, correspondendo a aproximadamente 20% de um montante inscrito de R\$ 2.429.884,75, sendo cancelados R\$ 1.942.821,00. Com isso, o saldo de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao exercício de 2021 restou em R\$ 0,00. Ressalta-se também, que no exercício de 2021, não houve inscrição de Restos a Pagar processados.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		2.656.119,65	1.801.152,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		2.656.119,65	1.799.986,20
Outras Receitas Derivadas e Originárias		0,00	0,00
Transferências Recebidas		0,00	0,00
Outros Ingressos Operacionais		0,00	1.165,80
Desembolsos		23.640,00	87.031,47
Pessoal e Demais Despesas		23.640,00	85.865,67
Outros Desembolsos Operacionais		0,00	1.165,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		2.632.479,65	1.714.120,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		0,00	0,00
Desembolsos		471.123,75	287.605,00
Aquisição de Ativo Não Circulante		471.123,75	287.605,00
Outros Desembolsos de Investimentos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-471.123,75	-287.605,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		0,00	0,00
Desembolsos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	12	2.161.355,90	1.426.515,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12	11.872.810,17	10.446.294,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	12	14.034.166,07	11.872.810,17



NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 12: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em 2021, o valor do fluxo de caixa líquido do FUNSEG correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R\$ 2.161.355,90. Esse resultado somado à rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa Inicial" do exercício anterior, no valor de R\$ 11.872.810,17, revelou um montante de R\$ 14.034.166,07. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa" do Balanço Patrimonial (BP) e no "Resultado Financeiro do Exercício", apurado no Balanço Financeiro (BF).

Durante o exercício de 2021, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

25.	Outros Documentos (Relatório de Execução Física e Financeir)



ÓRGÃO: 05 - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 - Total do Órgão (R\$ 1,00)

Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	2.125.463.084	2.177.873.732	0	2.177.873.732	2.177.332.706,95	1.908.879.857,36	99,97%
Correntes	OF	495.442.920	688.792.920	0	688.792.920	556.503.702,67	457.958.457,49	80,79%
	Total	2.620.906.004	2.866.666.652	0	2.866.666.652	2.733.836.409,62	2.366.838.314,85	95,36%
	Т	2.060.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	58.340.610	187.200.110	0	187.200.110	6.498.618,52	1.519.071,85	3,47%
	Total	60.400.610	187.200.110	0	187.200.110	6.498.618,52	1.519.071,85	3,47%
	Т	2.127.523.084	2.177.873.732	0	2.177.873.732	2.177.332.706,95	1.908.879.857,36	99,97%
Total	OF	553.783.530	875.993.030	0	875.993.030	563.002.321,19	459.477.529,34	64,27%
	Total	2.681.306.614	3.053.866.762	0	3.053.866.762	2.740.335.028,14	2.368.357.386,70	89,73%

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6005 - Promover e Administrar as Atividades Judiciárias de 2º Grau de Jurisdição - TJ

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	766.278.757	761.439.736	0	761.439.736	761.439.729,48	680.963.565,37	99,99%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	766.278.757	761.439.736	0	761.439.736	761.439.729,48	680.963.565,37	99,99%
	Т	1.480.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	1.480.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	767.758.757	761.439.736	0	761.439.736	761.439.729,48	680.963.565,37	99,99%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	767.758.757	761.439.736	0	761.439.736	761.439.729,48	680.963.565,37	99,99%



PRINCIPAIS AÇÕES:

2. Apreciar e julgar processos cíveis e criminais de 2º grau de jurisdição

Produto: Processo Baixado Unidade de Medida: UN

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Estado	Total
Prevista											186.900	186.900
Realizada											240.986	240.986
% Execução											128,94%	128,94%

Situação Comentário

Andamento Normal Não há

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6007 - Atividade Correicional - TJ

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00)

=noouşuo orşu		a c i illanicena - Necui s	(··· · · · · · · · · · · · · · · ·					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	1.600.000	503.524	0	503.524	503.523,11	503.523,11	99,99%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	1.600.000	503.524	0	503.524	503.523,11	503.523,11	99,99%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	1.600.000	503.524	0	503.524	503.523,11	503.523,11	99,99%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	1.600.000	503.524	0	503.524	503.523,11	503.523,11	99,99%

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6016 - Gestão e Manutenção da Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná - 1º e 2º Grau de Jurisdição - ESEJE

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

2



Execução Orçar	nentária	a e Financeira - Recurs	os 2021 (R\$ 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	1.698.800	74.009	0	74.009	74.008,50	74.008,50	99,99%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	1.698.800	74.009	0	74.009	74.008,50	74.008,50	99,99%
	Т	30.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	30.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	1.728.800	74.009	0	74.009	74.008,50	74.008,50	99,99%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	1.728.800	74.009	0	74.009	74.008,50	74.008,50	99,99%

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6038 - Gestão e Manutenção da Escola da Magistratura do Paraná - 1º e 2º Grau de Jurisdição

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00)

Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)					
	Т	2.300.000	389.522	0	389.522	389.520,93	389.520,93	99,99%					
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
	Total	2.300.000	389.522	0	389.522	389.520,93	389.520,93	99,99%					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
	Т	2.300.000	389.522	0	389.522	389.520,93	389.520,93	99,99%					
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
	Total	2.300.000	389.522	0	389.522	389.520,93	389.520,93	99,99%					

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6226 - Gestão e Manutenção das Atividades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição - TJ

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública



Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00) Orcamento Total Pago Orcamento **Orcamento Disponível** Empenhado Categoria Contingenciado Fonte Orcamentário Execução Econômica Ínicial (B) (E) (A = B + C)(D / A) (C) Т 1.308.424.527 1.358.277.291 0 1.358.277.291 1.358.277.279,35 1.180.036.789,92 99,99% OF 0 0,00 0,00 0.00% Correntes **Total** 1.308.424.527 1.358.277.291 1.358.277.291 1.358.277.279,35 1.180.036.789,92 99,99% Т 550.000 0,00 0.00 0.00% OF 0 0,00 0.00 0.00% Capital 550.000 **Total** 0,00 0.00 0,00% Т 1.308.974.527 99,99% 1.358.277.291 1.358.277.291 1.358.277.279,35 1.180.036.789,92 Total OF 0 0,00 0,00 0.00% **Total** 1.308.974.527 1.358.277.291 1.358.277.291 1.358.277.279,35 1.180.036.789,92 99,99%

PRINCIPAIS AÇÕES:

2. Apreciar e julgar processos cíveis e criminais de 1º grau de jurisdição

Produto: Processo Baixado Unidade de Medida: UN

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista	33.336	61.120	37.924	407.495	82.495	269.332	68.316	125.498	33.299	58.863	1.177.678
Realizada	28.185	53.327	29.452	294.151	65.390	230.321	50.439	98.546	24.359	49.751	923.921
% Execução	84,55%	87,25%	77,66%	72,19%	79,27%	85,52%	73,83%	78,52%	73,15%	84,52%	78,45%

Situação

Andamento Normal

Não há

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6426 - Gestão e Manutenção da Justiça Gratuita - 1º Grau de Jurisdição - TJ

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública



Execução Orçar	nentária	a e Financeira - Recurs	os 2021 (R\$ 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	200.000	8.513	0	8.513	8.512,20	8.512,20	99,99%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	200.000	8.513	0	8.513	8.512,20	8.512,20	99,99%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	200.000	8.513	0	8.513	8.512,20	8.512,20	99,99%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	200.000	8.513	0	8.513	8.512,20	8.512,20	99,99%

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 6427 - Gestão e Manutenção da Justiça Gratuita - 2º Grau de Jurisdição - TJ

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00)

=nocuşuc c.şu.			00 2021 (114 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	50.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	50.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	50.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	50.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00%

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 9002 - Encargos com Inativos e Pensionistas - TJ

Função: 9 - Previdência Social

Sub Função: 272 - Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo: 99 - Obrigações Especiais



Execução Orçar	nentária	a e Financeira - Recurs	os 2021 (R\$ 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	43.830.000	56.209.332	0	56.209.332	56.209.329,37	46.476.329,37	99,99%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	43.830.000	56.209.332	0	56.209.332	56.209.329,37	46.476.329,37	99,99%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	43.830.000	56.209.332	0	56.209.332	56.209.329,37	46.476.329,37	99,99%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	43.830.000	56.209.332	0	56.209.332	56.209.329,37	46.476.329,37	99,99%

UNIDADE: 01 - Tribunal de Justiça

Projeto/Atividade: 9152 - Encargos Especiais - TJ

Função: 28 - Encargos Especiais

Sub Função: 846 - Outros Encargos Especiais Programa de Governo: 99 - Obrigações Especiais

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00)

3 3		a o i illanicon a Trocaro						
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	540.000	42.587	0	42.587	42.586,72	39.390,67	99,99%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	540.000	42.587	0	42.587	42.586,72	39.390,67	99,99%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	540.000	42.587	0	42.587	42.586,72	39.390,67	99,99%
Total	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	540.000	42.587	0	42.587	42.586,72	39.390,67	99,99%

UNIDADE: 60 - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Projeto/Atividade: 5101 - Construção, Reforma e Ampliação de Imóveis do 1º Grau de Jurisdição

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública



Execução Orçar	nentária	a e Financeira - Recurs	os 2021 (R\$ 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	26.345.000	93.661.500	0	93.661.500	4.649.829,12	207.436,13	4,96%
	Total	26.345.000	93.661.500	0	93.661.500	4.649.829,12	207.436,13	4,96%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	26.345.000	93.661.500	0	93.661.500	4.649.829,12	207.436,13	4,96%
	Total	26.345.000	93.661.500	0	93.661.500	4.649.829,12	207.436,13	4,96%

PRINCIPAIS AÇÕES:

1. Construir, Reformar e Ampliar Prédios de 1º Grau de Jurisdição

Produto: obra realizada Unidade de Medida: M2

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Estado	Total
Prevista											363.054	363.054
Realizada											18.038	18.038
% Execução											4,97%	4,97%

Justificativa

Metas realizadas bem abaixo do previsto, tendo em vista o impedimentos impostas pela pandemia de COVID-19, bem como a impossibilidade de realizações de sessões presenciais.

Situação	Comentário
Andamento Normal	Retomada das sessões presenciais em época oportuna para continuidades dos processos licitatórios.

OBRAS:

1. Construir o Fórum da Comarca de Alto Paraná

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%



Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista					1.552						1.552
Realizada					0						0
% Execução					0,00%						0,00%

Justificativa

Por inadequações constatadas no terreno em fase de análise para eventual doação pela proponente doadora Prefeitura Municipal de Alto Paraná, e por atraso na apresentação de terrenos alternativos para análise, o objeto foi retirado de planejamento do TJPR.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Aguarda-se nova oferta de terreno pela Municipalidade e posteriormente reinclusão no Plano de Obras.

2. Construir o Fórum da Comarca de Ampére

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
300.000	300.000	0	300.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista										1.977	1.977
Realizada										1.050	1.050
% Execução										53,11%	53,11%

Justificativa

Conclusão da obra postergada em decorrência de dificuldades da contratada, inclusive em decorrência da COVID-19.

Situação		Comentário
Andamento Normal	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.	

3. Construir o Fórum da Comarca de Bela Vista do Paraíso

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)
--

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
15.000	15.000	0	15.000	0,00	0,00	0,00%



Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						2.686					2.686
Realizada						2.686					2.686
% Execução						100,00%					100,00%

Situação Comentário
Concluída Não há

4. Construir o Fórum da Comarca de Bocaiuva do Sul

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentári	ia e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
156.000	156.000	0	156.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				1.552							1.552
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500. Projetos complementares contratados em andamento. Obra não iniciada por atraso na entrega dos projetos complementares.

Situação

Não Iniciada

Obra Incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022

5. Construir o Fórum da Comarca de Campo Mourão

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
310.000	310.000	0	310.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista	10.917										10.917
Realizada	0										0
% Execução	0,00%										0,00%



Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento, em fase de recebimento de projetos.

Obra não iniciada por atrasos na entrega dos Projetos Complementares.

Situação Comentário

Não Iniciada Fórum Padrão 10.000 - Projetos Complementares contratados em andamento - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR 2022.

6. Construir o Fórum da Comarca de Carlópolis

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
115.000	500.000	0	500.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.552				1.552
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos projetos complementares.

Situação	Comentário	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - T IPR - 2022	da no Plano Anual de Contratações - Τ IPR - 2022

7. Construir o Fórum da Comarca de Centenário do Sul

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
103.000	103.000	0	103.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						1.882					1.882
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%



Justificativa

Projeto TJPR padrão 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos projetos complementares.

Situação Comentário

Não Iniciada Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

8. Construir o Fórum da Comarca de Clevelândia

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista										1.552	1.552
Realizada										0	0
% Execução										0,00%	0,00%

Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos projetos complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada (Obra incluída no Plano Anual de Contratações - T.IPR - 2022.

9. Construir o Fórum da Comarca de Colombo

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Exceução organicina	ia C i ilialiccii a - 202 i (i	ιψ 1,00/				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
532.000	532.000	0	532.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				7.303							7.303
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%



Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos projetos

complementares.

Situação Comentário

Não Iniciada Projetos Complementares e Assessoria Técnica contratados em execução - Obra incluído no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

10. Construir o Fórum da Comarca de Colorado

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
185.000	500.000	0	500.000	59.862,79	28.528,82	11,97%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						1.800					1.800
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em andamento.

Situação

Não Iniciada

Projetos Complementares contratados em execução - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

11. Construir o Fórum da Comarca de Corbélia

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
137.000	700.000	0	700.000	498.397,42	0,00	71,19%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista								1.552			1.552
Realizada								1.086			1.086
% Execução								69,97%			69,97%



	Justificativa
Obra em execução.	
Situação	Comentário
Andamento Normal	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - T IPR - 2022

12. Dar Continuidade na Construção do Centro Judiciário de Curitiba - FASE II

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
930.000	930.000	0	930.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				152.033							152.033
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento.

Obra não iniciada por atrasos na entrega dos projetos complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluído no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

13. Construir o Fórum da Comarca de Faxinal

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçanientan	ia e Filialicella - 2021 (i	λφ 1,00)				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	2.400,00	0,00	8,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						1.552					1.552
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%



Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos projetos complementares.

Situação Comentário

Não Iniciada Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

14. Construir o Fórum da Comarca de Francisco Beltrão

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
3.349.000	26.349.000	0	26.349.000	691.271,32	0,00	2,62%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista										11.556	11.556
Realizada										250	250
% Execução										2,16%	2,16%

Justificativa

Obra em execução.

Situação Comentário

Andamento Normal Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

15. Construir o Fórum da Comarca de Goioerê

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista	1.991										1.991
Realizada	1.991										1.991
% Execução	100,00%										100,00%

Situação	Comentário
Concluída	Não há



16. Construir o Fórum da Comarca de Irati

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentári	ia e Financeira - 2021 (F	R\$ 1,00)				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
180,000	190,000	0	190,000	0.00	0.00	0.00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista									1.800		1.800
Realizada									0		0
% Execução									0,00%		0,00%

Justificativa

Projeto Arquitetônico DEA finalizado.

Em preparação contratação dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Fórum Padrão 5000 - Em preparação para contratação de Projetos Complementares - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - T.IPR - 2022

17. Construir o Fórum da Comarca de Iretama

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	150.000	0	150.000	2.149,00	0,00	1,43%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista	1.552										1.552
Realizada	0										0
% Execução	0,00%										0,00%

Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



18. Construir o Fórum da Comarca de Jandaia do Sul

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentár	ia e Financeira - 2021 (I	R\$ 1,00)				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
20,000	E00 000	0	E00 000	E7 E00 00	27 674 90	0.000/

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						1.800					1.800
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em andamento.

Situação	Comentário	
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.	

19. Construir o Fórum da Comarca de Jaguariaíva

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
155.000	700.000	0	700.000	3.461,20	0,00	0,49%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista		1.552									1.552
Realizada		0									0
% Execução		0,00%									0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR

PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos complementares contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos projetos complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Fórum Padrão 1500 - Projetos Complementares contratados em andamento - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



20. Construir o Fórum da Comarca de Joaquim Távora

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)											
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)					
151.000	151.000	0	151.000	0,00	0,00	0,00%					

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.552				1.552
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos Projetos complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Fórum Padrão 1500 - Em preparação para contratação de Projetos Complementares - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - T.IPR - 2022

21. Construir o Fórum da Comarca de Loanda

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
96.000	96.000	0	96.000	57.951,32	27.654,51	60,36%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista					1.800						1.800
Realizada					0						0
% Execução					0,00%						0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em andamento.

.,	
Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



22. Construir o Fórum da Comarca de Londrina - Bloco Criminal

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentári	ia e Financeira - 2021 (l	R\$ 1,00)				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
6.000.000	31.000.000	0	31.000.000	2.909.441,59	0,00	9,38%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						25.469					25.469
Realizada						8.650					8.650
% Execução						33,96%					33,96%

Justificativa

Obra em execução.

Situação

Andamento Normal

Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

23. Construir o Fórum da Comarca de Marialva

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

toouguo organionturi	a o i ilialicona zezi (i	ιψ 1,00/				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
96.000	96.000	0	96.000	59.999,88	27.485,42	62,49%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						1.800					1.800
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%

Justificativa

Proietos Complementares contratados em andamento.

.,	
Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



24. Construir o Fórum da Comarca de Mangueirinha

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução (Orçamentar i	ia e Financeira	ı - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista										1.552	1.552
Realizada										0	0
% Execução										0,00%	0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares Contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

25. Construir o Fórum da Comarca de Maringá

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

E	xecução	Orçamentár	ia e Financei	ira - 2021 ((R\$ 1,00)	

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
10.000.000	25.000.000	0	25.000.000	16.656,03	13.324,83	0,07%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						29.301					29.301
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento.

Obra não iniciada por atrasos na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Projetos Complementares e Assessoria Técnica contratados em execução - Obra incluído no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



26. Construir o Fórum da Comarca de Marmeleiro

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)										
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)				
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%				

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista										2.325	2.325
Realizada										2.325	2.325
% Execução										100,00%	100,00%

Situação	Comentário

Concluída Não há

27. Construir o Fórum da Comarca de Morretes

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentár	ia e Financeira - 2021 (l	R\$ 1,00)				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)

(C) (A = B + C) (D / A) 30.000 30.000 0 30.000 0,00 0,00

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				1.552							1.552
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por falta de formalização da doação do terreno ofertado pela doadora, Prefeitura Municipal de Morretes, a Programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação	Comentário	
Não Iniciada	Aguarda-se nova oferta de terreno pela Municipalidade e posteriormente reinclusão no Plano de Obras.	



28. Construir o Fórum da Comarca de Nova Aurora

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução (Orçamentári	ia e Financeira [,]	- 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
155.000	700.000	0	700.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista								1.552			1.552
Realizada								0			0
% Execução								0,00%			0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR

PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário)
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.	

29. Construir o Fórum da Comarca de Prudentopólis

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

|--|

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
96.000	96.000	0	96.000	57.766,97	27.909,97	60,17%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista									1.800		1.800
Realizada									0		0
% Execução									0,00%		0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em andamento.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



30. Construir o Fórum da Comarca de Paranaguá

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)										
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)				
301.000	301.000	0	301.000	0,00	0,00	0,00%				

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				10.917							10.917
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por dificuldades de obtenção de terreno viável para construção de novo fórum, programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Aguarda-se nova oferta de terreno pela Municipalidade e posteriormente reinclusão no Plano de Obras.

31. Construir o Fórum da Comarca de Paranavaí

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
318.000	195.000	0	195.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista					10.917						10.917
Realizada					0						0
% Execução					0,00%						0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento.

Obra não iniciada por atrasos na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Fórum Padrão 10.000 - Projetos Complementares contratados em andamento - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.



32. Construir o Fórum da Comarca de Peabirú

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução (Orçamentári	ia e Financeir	a - 2021 ((R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista	1.552										1.552
Realizada	0										0
% Execução	0,00%										0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

33. Construir o Fórum da Comarca de Piraí do Sul

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1.00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista		1.552									1.552
Realizada		0									0
% Execução		0,00%									0,00%

Justificativa

Por inadequações constatadas no terreno em fase de análise para eventual doação pela proponente doadora Prefeitura Municipal de Piraí do Sul, e por atraso na apresentação de terrenos alternativos para análise, o objeto foi retirado de planejamento do TJPR.



Situação	Comentário
Não Iniciada	Aguarda-se nova oferta de terreno pela Municipalidade e posteriormente reinclusão no Plano de Obras.

34. Construir o Fórum da Comarca de Piraguara

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				1.800							1.800
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por dificuldades de obtenção de terreno viável para construção de novo Fórum, programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Não Iniciada Aquarda-se nova oferta de terreno pela Municipalidade e posteriormente reinclusão no Plano de Obras.

35. Construir o Fórum da Comarca de Ponta Grossa

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
640.000	640.000	0	640.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista		18.794									18.794
Realizada		0									0
% Execução		0,00%									0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos

Complementares.



Situação	Comentário
Não Iniciada	Projetos Complementares e Assessoria Técnica contratados em execução - Obra incluído no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

36. Construir o Fórum da Comarca de Pontal do Paraná

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
155.000	500.000	0	500.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				1.552							1.552
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR

PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário	
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.	

37. Construir o Fórum da Comarca de Quedada do Iguaçu

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

noouşuo orşumomu.	The state of the s											
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)						
96.000	96.000	0	96.000	59.875,74	27.850,72	62,37%						

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista			1.800								1.800
Realizada			0								0
% Execução			0,00%								0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em andamento.



Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.
38. Construir o Fórum da Comar	

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
13.500	150.000	0	150.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.595				1.595
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos Projetos Complementares.

, , ,	,	
Situação	Comentário	
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.	

39. Construir o Fórum da Comarca de São Mateus do Sul

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
96.000	96.000	0	96.000	56.866,97	27.009,97	59,23%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista									1.800		1.800
Realizada									0		0
% Execução									0,00%		0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em andamento.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

Secretaria de Estado da Fazenda Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:48



40. Construir o Fórum da Comarca de Santo Antônio da Platina

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução (Orçamentária	a e Financeira -	· 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	300.000	0	300.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.800				1.800
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Projeto Arquitetônico DEA finalizado.

Em preparação contratação dos Projetos Complementares.

Situação		Comentário
Não Iniciada	Fárum T IPR padrão 5000 - Obra incluída no Plano de Obras T IPR - 2022	

41. Construir o Fórum da Comarca de São Jerônimo da Serra

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1.00)

oouşuo orşamomur.	a oaooa = = = . (.	ιψ .,σσ,				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
15.000	500.000	0	500.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.552				1.552
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares Contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

Secretaria de Estado da Fazenda Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:48 27



42. Reformar e Ampliar o Fórum da Comarca de São José dos Pinhais

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)										
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)				
150.000	130.000	0	130.000	0,00	0,00	0,00%				

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				7.327							7.327
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por dificuldades de obtenção de terreno viável para construção de novo Fórum, programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação Comentário

Não Iniciada Aguarda-se nova oferta de terreno pela Municipalidade e posteriormente reinclusão no Plano de Obras.

43. Construir o Fórum da Comarca de São Miguel do Iguaçu

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

to a guillo mando ma 2021 (no 1)00)											
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)					
330.000	330.000	0	330.000	0,00	0,00	0,00%					

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista								1.800			1.800
Realizada								0			0
% Execução								0,00%			0,00%

Justificativa

Por mudança de diretrizes da Administração TJPR programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Aguarda-se nova definição da Administração TJPR para reinclusão no Plano de Obras.



44. Reformar e Ampliar o Fórum da Comarca de Sarandi

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução	Orçamentari	ia e Financei	ra - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
16.500	16.500	0	16.500	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista						2.286					2.286
Realizada						0					0
% Execução						0,00%					0,00%

Justificativa

Por mudança de diretrizes da Administração TJPR programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação Comentário

Não Iniciada Aguarda-se nova definição da Administração TJPR para reinclusão no Plano de Obras.

45. Reformar e Ampliar o Fórum da Comarca de Telêmaco Borba

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
276.000	276.000	0	276.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista		3.571									3.571
Realizada		0									0
% Execução		0,00%									0,00%

Justificativa

Por mudança de diretrizes da Administração TJPR programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Aguarda-se nova definição da Administração TJPR para reinclusão no Plano de Obra.



46. Construir o Fórum da Comarca de Terra Rica

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

=xecuçao Orçamentar	ia e Financeira - 2021 (K\$ 1,00	J)
			Ora

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
30.000	30.000	0	30.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista					1.552						1.552
Realizada					0						0
% Execução					0,00%						0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR

PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação											Cor	nen	tári	0
A1~ 1 · · · 1	<u> </u>		-		 _		~	T 100						

Não Iniciada Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

47. Construir o Fórum da Comarca de União da Vitória

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

	Execução Orçamentár	ia e Financeira - 2021 (R\$ 1	,00)	
--	---------------------	--------------------------	-------	------	--

ougus ergamoman	a o i illalioona 2021 (i	ιψ 1,00/				
Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
318.000	318.000	0	318.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista									10.917		10.917
Realizada									0		0
% Execução									0,00%		0,00%

Justificativa

Projetos Complementares contratados em desenvolvimento.

Obra não iniciada por atrasos na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Fórum Padrão 1500 - Projetos Complementares contratados em andamento - Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:48 Secretaria de Estado da Fazenda



48. Construir o Fórum da Comarca de Uraí

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução	Orçamentár	ia e Financei	ra - 2021 ((R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
124.000	124.000	0	124.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.552				1.552
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Projeto TJPR PADRÃO 1500 DEA finalizado.

Em preparação a contratação dos Projetos Complementares.

Situação		Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual do Contrataçãos - TIPP - 2022	

49. Construir o Fórum da Comarca de Wenceslau Braz

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentária e Financeira - 2021 (R\$ 1.00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
15.000	15.000	0	15.000	0,00	0,00	0,00%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista							1.552				1.552
Realizada							0				0
% Execução							0,00%				0,00%

Justificativa

Por mudanças de diretrizes da Administração, foi alterado o Padrão de TJPR PADRÃO 1800 para TJPR PADRÃO 1500.

Projetos Complementares contratados em andamento.

Obra não iniciada por atraso na entrega dos Projetos Complementares.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

Secretaria de Estado da Fazenda Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:48 31



50. Modernização do elevador do Fórum da Comarca de Cascavel

Produto: Benfeitorias e Instalações Unidade de Medida: UN

E	Execução Orçamen	tária e Fina	anceira - 202	1 (R\$ 1,00)								
	Orçamento Inicial	Orçam	nento Disponíve (B)		Orçamento ntingenciado (C)	- 3	Total amentário a = B + C)	Em	penhado (D)	F	Pago (E)	% Execução (D / A)
		0	200.0	000		0	200.00	00	116.200,0	0	0,00	58,09%
	Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total

Quantidade	Ocidental	Oriental	Sul	Curitiba	Noroeste	Central	Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total	
Prevista								1			1	
Realizada								0			0	
% Execução								0,00%			0,00%	
						1						

Justificativa

Obra em execução e cronograma e dentro do prazo.

Situação
Andamento Normal
Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

UNIDADE: 60 - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Projeto/Atividade: 5102 - Construção, Reforma e Ampliação de Imóveis do 2º Grau de Jurisdição

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Total	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	1.471.600	1.614.600	0	1.614.600	239.763,64	18.450,00	14,84%
	Total	1.471.600	1.614.600	0	1.614.600	239.763,64	18.450,00	14,84%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	1.471.600	1.614.600	0	1.614.600	239.763,64	18.450,00	14,84%
	Total	1.471.600	1.614.600	0	1.614.600	239.763,64	18.450,00	14,84%



PRINCIPAIS AÇÕES:

1. Construir, Reformar e Ampliar Prédios de 2º Grau de Jurisdição

Produto: obra realizada Unidade de Medida: M2

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				60.862							60.862
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Metas prevista não realizadas, tendo em vista o impedimentos impostas pela pandemia de COVID-19, bem como a impossibilidade de realizações de sessões presenciais.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Retomada das sessões presenciais em época oportuna para continuidades dos processos licitatórios.

OBRAS:

1. Construir Usina Fotovoltaica

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Oro	çamentária e l	Financeira -	2021 ((R\$ 1,00)
--------------	----------------	--------------	--------	------------

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
1.069.000	1.069.000	0	1.069.000	119.736,04	0,00	11,20%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				60.000							60.000
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Atraso no início do procedimento de projetos e obra devido a demora na formalização da doação pela doadora Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

Projetos Complementares contratados em andamento.

Situação			Comentário
Não Iniciada	Projetos Complementares	contratados e em andamento	- Obra incluída no Plano Anual de Contratações - TJPR - 2022.

Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:48 Secretaria de Estado da Fazenda 33



2. Reformar e Ampliar o Edifício do Departamento de Engenharia e Arquitetura - DEA

Produto: Construção de Edifícios Públicos Unidade de Medida: M2

Execução Orçamenta	ária e Fin	anceira - 2021	(R\$ 1,00)								
Orçamento Inicial	Orçan	nento Disponível (B)		Orçamento ntingenciado (C)	- 3	Total camentário x = B + C)	Em	penhado (D)	F	Pago (E)	% Execução (D / A)
402.60	00	402.60	0		0	402.600)	0,0	0	0,00	0,00%
Quantidada	Centro	Centro	Centro	Metrop. de	Noroesto	Norte	Norte	Oeste	Sudasta	Sudoeste	Total

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				862							862
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por mudança de diretrizes da Administração TJPR programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR. O contrato lavrado foi rescindido.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Contratações aguardam nova definição da Administração TJPR, para reinclusão no Plano de Obras TJPR - 2022.

3. Reformar a cobertura do barração da Central de Distribuição

Produto: Benfeitorias e Instalações Unidade de Medida: M2

Execução	Orçamentári	ia e Financeira	- 2021 (R\$ 1,00)

Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
0	124.000	0	124.000	101.577,60	0,00	81,91%

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				6.158							6.158
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Projetos Complementares em preparação para contratação.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Obra incluída no Plano Anual de Contratações- TJPR- 2022.

Secretaria de Estado da Fazenda Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:48



4. Reformar e Modernizar Ar Condicionado - Sede Mauá

Produto: Benfeitorias e Instalações Unidade de Medida: M2

Execução Orçamentár	ia e Fina	anceira - 2021	(R\$ 1,00)					
Orçamento Inicial	Orçam	ento Disponível (B)	Orçamento Contingenciad (C)	o	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
0		19.00	00	0	19.000	18.450,00	18.450,00	97,10%
		<u> </u>						

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				28.739							28.739
Realizada				0							0
% Execução				0,00%							0,00%

Justificativa

Por mudança de diretrizes da Administração TJPR, programação de contratação dos Projetos Complementares e de obra foram excluídas do planejamento TJPR.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Contratações aquardam nova definição da Administração TJPR para reinclusão no Plano de Obra TJPR 2022.

UNIDADE: 60 - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Projeto/Atividade: 6006 - Gestão e Manutenção das Atividades Judiciárias de 2º Grau de Jurisdição - FUNREJUS

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	162.300	162.300	0	162.300	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	81.159.468	112.299.468	0	112.299.468	80.102.845,08	56.776.358,91	71,32%
	Total	81.321.768	112.461.768	0	112.461.768	80.102.845,08	56.776.358,91	71,22%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	1.680.000	32.680.000	0	32.680.000	652.275,60	478.552,12	1,99%
	Total	1.680.000	32.680.000	0	32.680.000	652.275,60	478.552,12	1,99%
	Т	162.300	162.300	0	162.300	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	82.839.468	144.979.468	0	144.979.468	80.755.120,68	57.254.911,03	55,70%
	Total	83.001.768	145.141.768	0	145.141.768	80.755.120,68	57.254.911,03	55,63%



UNIDADE: 60 - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Projeto/Atividade: 6227 - Gestão e Manutenção das Atividades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição - FUNREJUS

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00)

=modayad d.y			(i,)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	378.700	378.700	0	378.700	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	167.459.932	309.119.932	0	309.119.932	259.380.493,51	203.480.995,61	83,90%
	Total	167.838.632	309.498.632	0	309.498.632	259.380.493,51	203.480.995,61	83,80%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	4.550.000	24.350.000	0	24.350.000	899.804,16	794.647,60	3,70%
	Total	4.550.000	24.350.000	0	24.350.000	899.804,16	794.647,60	3,70%
	T	378.700	378.700	0	378.700	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	172.009.932	333.469.932	0	333.469.932	260.280.297,67	204.275.643,21	78,05%
	Total	172.388.632	333.848.632	0	333.848.632	260.280.297,67	204.275.643,21	77,96%

UNIDADE: 60 - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Projeto/Atividade: 6525 - Gestão e Manutenção da Escola de Servidores da Justiça do Paraná - 1º e 2º Grau de Jurisdição - ESEJE - FUNREJUS

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

2.000 ayun ongani ongan													
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Correntes	OF	2.452.500	2.452.500	0	2.452.500	189.124,50	171.624,50	7,71%					
	Total	2.452.500	2.452.500	0	2.452.500	189.124,50	171.624,50	7,71%					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Capital	OF	372.000	372.000	0	372.000	19.986,00	19.986,00	5,37%					
	Total	372.000	372.000	0	372.000	19.986,00	19.986,00	5,37%					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Total	OF	2.824.500	2.824.500	0	2.824.500	209.110,50	191.610,50	7,40%					
	Total	2.824.500	2.824.500	0	2.824.500	209.110,50	191.610,50	7,40%					



UNIDADE: 60 - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

Projeto/Atividade: 6526 - Gestão da Infraestrutura e Governança de TI - FUNREJUS

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Execução Orçamentária e Financeira - Recursos 2021 (R\$ 1,00)

2.000 gamona na 0 1 manoona 1000 2021 (1.14 1)00)													
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Correntes	OF	31.540.000	49.540.000	0	49.540.000	15.988.815,72	12.644.540,76	32,27%					
	Total	31.540.000	49.540.000	0	49.540.000	15.988.815,72	12.644.540,76	32,27%					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Capital	OF	23.522.000	34.122.000	0	34.122.000	36.960,00	0,00	0,11%					
	Total	23.522.000	34.122.000	0	34.122.000	36.960,00	0,00	0,11%					
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%					
Total	OF	55.062.000	83.662.000	0	83.662.000	16.025.775,72	12.644.540,76	19,15%					
	Total	55.062.000	83.662.000	0	83.662.000	16.025.775,72	12.644.540,76	19,15%					

UNIDADE: 62 - Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Projeto/Atividade: 6004 - Estatização, Expansão e Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional - FUNJUS

Função: 1 - Legislativa

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

	xecução orçamentaria e i mancena - Necursos 2021 (N# 1,00)													
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)						
	Т	0	388.218	0	388.218	388.217,29	388.217,29	99,99%						
Correntes	OF	211.345.020	213.895.020	0	213.895.020	199.918.423,86	184.877.237,71	93,46%						
	Total	211.345.020	214.283.238	0	214.283.238	200.306.641,15	185.265.455,00	93,47%						
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%						
Capital	OF	10	10	0	10	0,00	0,00	0,00%						
	Total	10	10	0	10	0,00	0,00	0,00%						
	Т	0	388.218	0	388.218	388.217,29	388.217,29	99,99%						
Total	OF	211.345.030	213.895.030	0	213.895.030	199.918.423,86	184.877.237,71	93,46%						
	Total	211.345.030	214.283.248	0	214.283.248	200.306.641,15	185.265.455,00	93,47%						



PRINCIPAIS AÇÕES:

1. Nomear Servidores para Unidades Judiciárias do 1º Grau de Jurisdição

Produto: servidor nomeado Unidade de Medida: UN

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Estado	Total
Prevista											19	19
Realizada											0	0
% Execução											0,00%	0,00%

Justificativa

Considerando ainda a pandemia de COVID-19, bem como as restrições de circulação de funcionários e público nos dos Prédios do Poder Judiciário em todo o Estado do Paraná, não houve nomeações de servidores no exercício de 2021 por conta do FUNJUS.

Situação	Comentário
Não Iniciada	Provável nomeações para época oportuna durante o exercício de 2022.

2. Estatizar/Instalar Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição

Produto: vara estatizada/instalada Unidade de Medida: UN

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Estado	Total
Prevista											12	12
Realizada											0	0
% Execução											0,00%	0,00%

Justificativa

Considerando ainda a pandemia de COVID-19, bem como as restrições de circulação de funcionários e público nos dos Prédios do Poder Judiciário em todo o Estado do Paraná, não houve estatizações/instalações de Varas Judiciais no exercício de 2021.

21 / ~	
Situação	Comentario
Não Iniciada	Estatizações/instalações para época oportuna durante o exercício de 2022.

UNIDADE: 63 - Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados

Projeto/Atividade: 6228 - Gestão e Manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados de 1º Grau de Jurisdição - FUNSEG

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública



Execução Orçar	nentária	a e Financeira - Recurs	os 2021 (R\$ 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	298.000	298.000	0	298.000	0,00	0,00	0,00%
	Total	298.000	298.000	0	298.000	0,00	0,00	0,00%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	200.000	200.000	0	200.000	0,00	0,00	0,00%
	Total	200.000	200.000	0	200.000	0,00	0,00	0,00%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	498.000	498.000	0	498.000	0,00	0,00	0,00%
	Total	498.000	498.000	0	498.000	0,00	0,00	0,00%

PRINCIPAIS AÇÕES:

1. Implantar Sistema de Segurança dos Magistrados de 1º Grau de Jurisdição Implantado

Produto: segurança implantada Unidade de Medida: UN

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Estado	Total
Prevista											1	1
Realizada											0	0
% Execução											0,00%	0,00%

Justificativa

Considerando ainda a pandemia de COVID-19, bem como as restrições de circulação de funcionários e público nos dos Prédios do Poder Judiciário em todo o Estado do Paraná, não houve despesa para o cumprimento de metas.

Situação	Comentário	
Não Iniciada	Retomada dos trabalhas em época oportuna a partir de 2022.	

UNIDADE: 63 - Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados

Projeto/Atividade: 6229 - Gestão e Manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados de 2º Grau de Jurisdição - FUNSEG

Função: 2 - Judiciária

Sub Função: 61 - Ação Judiciária

Programa de Governo: 43 - Gestão Institucional - Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:49 Secretaria de Estado da Fazenda 3



Execução Orçan	nentária	a e Financeira - Recurs	os 2021 (R\$ 1,00)					
Categoria Econômica	Fonte	Orçamento Inicial	Orçamento Disponível (B)	Orçamento Contingenciado (C)	Total Orçamentário (A = B + C)	Empenhado (D)	Pago (E)	% Execução (D / A)
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Correntes	OF	1.188.000	1.188.000	0	1.188.000	924.000,00	7.700,00	77,77%
	Total	1.188.000	1.188.000	0	1.188.000	924.000,00	7.700,00	77,77%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Capital	OF	200.000	200.000	0	200.000	0,00	0,00	0,00%
	Total	200.000	200.000	0	200.000	0,00	0,00	0,00%
	Т	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%
Total	OF	1.388.000	1.388.000	0	1.388.000	924.000,00	7.700,00	66,57%
	Total	1.388.000	1.388.000	0	1.388.000	924.000,00	7.700,00	66,57%

PRINCIPAIS AÇÕES:

1. Implantar Sistema de Segurança dos Magistrados de 2º Grau de Jurisdição Implantado

Produto: segurança implantada Unidade de Medida: UN

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
Prevista				1							1
Realizada				1							1
% Execução				100,00%							100,00%

Situação	Comentário
Andamento Normal	Não há

Data: 04/02/2022 Hora: 15:49:49 Secretaria de Estado da Fazenda 4

26. Termo de Distribuição

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2004/2022

Processo Nº: 203559/22

Data e hora da distribuição: 30/03/2022 18:55:02 Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Interessado: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO

Exercício: 2021

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

Impedimentos: